



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2026
(Processo Administrativo nº 04641/2026)

A Prefeitura Municipal de LAURO DE FREITAS/BA, com base no Parecer Jurídico, emitido pela Procuradoria Geral do Município, favorável a legalidade e possibilidade do procedimento, torna público que, através de sua Pregoeira Erivana Braga de Souza, designada pelo Decreto Municipal nº 5.533/2025, que realizará licitação, na modalidade de **Pregão Eletrônico**, critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavanderia hospitalar, compreendendo o processamento de roupas hospitalares (coleta, transporte interno e externo, classificação, lavagem, secagem, calandragem, dobragem, acabamento, separação, embalagem e distribuição), com fornecimento de enxoval hospitalar em regime de comodato operacional (pool), sob demanda e com medição por quilograma efetivamente processado para atendimento das unidades de saúde de Lauro de Freitas/BA, **nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021**, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – **Lei de Responsabilidade Fiscal**, pelo **Código de Defesa do Consumidor**, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90, **Decreto Municipal nº 5.444/2025** e suas alterações, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

1.1. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 14/05/2026 às 09h.

1.2. LOCAL: SÍTIO ELETRÔNICO: <https://www.licitanet.com.br/>.

1.3 OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.licitanet.com.br/> e Diário Oficial.

1.4. Somente poderão participar da Sessão Pública, etapa de lances, as empresas que apresentarem Propostas através do site descrito no item 1.2.

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

2.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) Pregoeiro(a) responsável, ou por seu suplente, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema "LICITANET", observados os procedimentos estabelecidos no manual técnico operacional disponível no sítio eletrônico em [https://portal.licitanet.com.br/no menu ajuda/manuais](https://portal.licitanet.com.br/no%20menu%20ajuda/manuais) ou pelo telefone (34)2512-6500 opção 2.

3. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente cadastrado na plataforma da LICITANET, podendo ser realizado através do site <https://www.licitanet.com.br/fornecedor> ou pelo telefone (34) 2512-6500 opção 2.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6 Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. Aquele que não atenda às condições do Edital e seu(s) anexo(s).

3.6.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da Ata, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.6. Agente público do órgão ou entidade licitante.

3.6.7. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

NOTA EXPLICATIVA: Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficientes para atender satisfatoriamente às exigências previstas no Termo de Referência; e considerando que a admissão do consórcio na licitação poderá ocasionar dificuldades nos serviços, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em consórcio no presente pregão.

3.6.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução da Ata agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.10. O impedimento de que trata o item 3.6.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.6.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021;

4. CREDENCIAMENTO E ACESSO NA PLATAFORMA LICITANET

4.1. Somente poderão participar deste Pregão Eletrônico, via internet, toda e qualquer Pessoa Jurídica cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>

4.1.1. Os licitantes interessados deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

4.1.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <https://licitanet.com.br/>.

4.1.3. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do(a) licitante, ou de seu(ua) representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

4.2. O uso da senha de acesso pelo(a) licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu (ua) representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou ao Município de Lauro de Freitas/BA, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.

4.2.1. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

4.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o(a) licitante às sanções.

4.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes à licitação.

4.5. A licitante responsabiliza-se formalmente por todas as transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de Lauro de Freitas/BA por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6. Constitui exclusiva responsabilidade da licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, assumindo o ônus da perda de negócios decorrente da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.7. Para participar deste Pregão Eletrônico, o(a) licitante deverá estar credenciado no Sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site <https://licitanet.com.br/>.

4.8. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema.

4.9. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal do(a) licitante ou de seu(ua) representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.10. O(A) licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Sociedade Cooperativa.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

4.11. O(A) licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu(ua) representante, excluída a responsabilidade do provedor do Sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5. DO CADASTRO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA NA PLATAFORMA

5.1. Os(As) licitante(s) encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico <https://licitanet.com.br/>), proposta com a descrição detalhada do objeto ofertado, incluindo quantidade, preço e a marca (conforme solicita o sistema), até a data e o horário limite de início da Sessão Pública, **horário de Brasília**.

5.1.1 A licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.

5.2. Como requisito para a apresentação da proposta, **a licitante declarará**, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei Federal nº 14.133/2021:

5.2.1. o cumprimento dos requisitos para a habilitação;

5.2.2. a conformidade de sua proposta com as exigências deste edital;

5.2.3. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.2.4. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.2.5. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.3. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá **declarar, ainda**, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.3.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.4. A falsidade da declaração de que trata o item 5.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

5.7. Em sua proposta eletrônica, a licitante deverá:

5.7.1. informar o preço unitário; para o(s) qual(is) pretende concorrer, de acordo com o Anexo I.

5.7.1.1. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete. O preço ofertado será irrevogável e constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame, não sendo aceitos pleitos de acréscimos nos preços, a qualquer título.

5.7.2. evitar a aposição de sinal ou qualquer outro elemento que possibilite a identificação da licitante antes do encerramento da etapa de lances, sob pena de desclassificação.

5.8. A licitante ainda poderá, no momento do cadastramento da proposta eletrônica, parametrizar o seu valor final mínimo, obedecendo as seguintes regras:

5.8.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

5.8.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o 5.8.1;

5.8.3. o valor final mínimo poderá ser alterado pela licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pela licitante no sistema;

5.9. Independente dos termos firmados no sistema eletrônico, é imprescindível que o licitante arrematante apresente todas as declarações exigidas no edital.

5.10. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou cadastradas pelo(a) pregoeiro(a) no sistema ou pela sua desconexão.

5.11. No preenchimento das informações no Sistema, quando do cadastro da proposta de preço, previamente à sessão pública de lances, é vedada a identificação da licitante, ou seja, não será admitida a veiculação do nome da empresa ou de seus representantes, utilização de material timbrado ou qualquer outro meio que facilite a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E FASE DE ENVIO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O(A) pregoeiro(a) classificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente no sistema, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, com acompanhamento em tempo real por todos os licitantes.

6.2.1. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

6.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.4. Os lances formulados deverão indicar o **MENOR PREÇO GLOBAL**.

6.5. Poderá ser fixado intervalo mínimo de tempo a ser observado entre as ofertas de lances.

6.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior, conforme o caso, ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

6.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema eletrônico, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.7.1. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado no sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto nos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 500,00 (quinhentos reais)**.

6.8. Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.9. Durante o transcurso da etapa de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance/percentual de desconto registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

6.10. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, a não ser em situação devidamente justificada e aceita pelo(a) Pregoeiro(a), sujeitando-se a licitante às penalidades.

6.11. 6.11 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“ABERTO”** em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

6.11.4 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a Pregoeira, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.16 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.18 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7. DA NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

7.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao percentual de desconto definido para a contratação ou tenha apresentado o melhor preço, o responsável pela licitação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.1.1. Será aberto um prazo de 10 (dez) minutos, após o encerramento da fase de lances para a referida negociação com a empresa arrematante.

7.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, com o mesmo prazo estabelecido no subitem 7.1.1, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.1.3. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.1.4. O resultado da negociação será registrado e divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.2. Quando comparecer uma única licitante ou houver apenas uma proposta válida, caberá ao(a) Pregoeiro(a) verificar a aceitabilidade do preço ofertado, podendo negociar condições mais vantajosas.

8. DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, e após negociação, o(a) pregoeiro(a) realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação.

8.2. A licitante provisoriamente arrematante deverá enviar a proposta escrita por meio do sistema eletrônico, no prazo de **02 (duas) horas úteis** subsequente ao da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema, prorrogável por igual período, por solicitação justificada da licitante ou de ofício pelo(a) Pregoeiro(a) quando constatada a insuficiência do prazo estabelecido.

8.3. O conteúdo da Proposta de Preços Escrita, conforme modelo ANEXO V, deverá dispor:

8.3.1. **Preço unitário correspondente ao lance vencedor e total do item** (preço unitário x quantidade), expresso em números, na moeda corrente nacional, com no máximo duas casas decimais, sendo desprezadas as demais;

8.3.2. O preço unitário e total de cada um dos itens cotados, em algarismo e por extenso, prevalecendo o primeiro caso haja divergência entre o valor unitário e o total e, entre os expressos em algarismos e por extenso, considerado este último;

8.3.3. A proposta comercial apresentada pela licitante deverá conter, de forma clara, precisa e objetiva, a marca, o fabricante, a procedência e as especificações técnicas completas dos materiais ofertados, os quais deverão estar em total conformidade com as exigências técnicas do Anexo I do Termo de Referência (ANEXO I).

8.3.4. De oferta firme e precisa, sem alternativas de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

8.3.5. Conter validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

8.3.6. Conter quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos incorretamente cotados ou omitidos da Proposta de Preço serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título.

8.4. Não serão aceitos preço unitário e global do Lote, acima dos valores de Referência da Administração.

8.5. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

8.6. A apresentação da Proposta Comercial implica na aceitação plena e total das condições deste Edital, sujeitando o licitante às sanções previstas na legislação vigente.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

8.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta da licitante provisoriamente arrematante.

8.8. Ficam os interessados cientes da necessidade de atender aos prazos aqui fixados, ainda que tal lhe seja facultado.

8.9. Em obediência Princípio da isonomia entre os licitantes, após transcorrido o prazo de que trata o item 8.2, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preços ou de qualquer outro documento complementar ou retificador (salvo aqueles que vierem a ser requeridos por diligência sendo realizado pelo(a) Pregoeiro(a) a convocação do próximo licitante tendo em vista a Ordem de Classificação.

8.10. Os documentos inseridos no sistema que estiverem corrompidos serão considerados como inexistentes. Não serão aceitos links de serviços de armazenamento de arquivos em substituição ao envio dos documentos solicitados no item 8 deste edital.

9. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1. O(A) pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

9.1.1. A consulta realizar-se-á em nome da licitante e de eventual matriz ou filial e de seus sócios majoritários.

9.1.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado desclassificado, por falta de condição de participação.

9.2 Será desclassificada a proposta arrematante que:

9.2.1. conter vícios insanáveis;

9.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.2.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

10.2.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.3 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta, podendo a planilha ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

9.3.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

9.4 Para fins de comprovação de **exequibilidade**:

9.4.1. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 20% (vinte por cento) do valor orçado pela Administração.

9.4.1.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o subitem 9.4.1, só será considerada após diligência do responsável pela licitação, que comprove:

a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

9.4.1.2. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.5. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, o responsável pela licitação poderá colher manifestação escrita do setor requisitante do objeto licitado ou da área especializada nesse objeto.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1 Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.

10.2. O cumprimento dos requisitos de habilitação e a validade dos documentos serão averiguados relativamente à data de sua apresentação, após solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema.

10.3. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados em formato digital apenas pela licitante provisoriamente arrematante, por meio do sistema eletrônico, preferencialmente de forma ordenada sequencialmente por item de habilitação, de modo a facilitar sua análise, no prazo de até **02 (duas) horas úteis subsequente ao da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema.**

10.4 Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação das licitantes convocadas para sua apresentação.

10.5. Para efeito de validade dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista e certidão negativa de falência ou recuperação judicial/extrajudicial, se outro prazo não constar de ato normativo ou do próprio documento, será considerado o período de 90 (noventa) dias após sua emissão.

10.6. Os documentos inseridos no sistema que estiverem corrompidos serão considerados como inexistentes. Não serão aceitos links de serviços de armazenamento de arquivos em substituição ao envio dos documentos solicitados no item 16.7. deste edital.

10.7. Dos documentos que compõem a **habilitação**:

10.7.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d). **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

f) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

g) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

OBS: Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.7.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a) Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU);
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Fazenda Municipal do domicílio ou sede da interessada, assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte;
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS: Certidão de Regularidade de Situação - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.
- f) Declaração, assinada pelo representante legal da licitante, de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso e insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo em condições de aprendiz, nos termos disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

10.7.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor e Certidão de Insolvência Civil Pessoa Jurídica.
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando; índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 01 (um);
- c) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- d) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital ECD ao SPED.
- e) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC). Deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 1% (um por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente;
- f) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133 de 2021, art. 65, § 1º);

- g) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- h) A adoção de índices constitui instrumento relevante para a constatação da exeqüibilidade do objeto e não pode ser desconsiderada pela Administração, especialmente no tocante aos contratos de média e longa duração. Os índices estabelecidos atendem ao disposto no Art.69, da Lei 14.133/2021, pois permitem a comprovação da situação financeira da empresa de forma objetiva, através dos cálculos previstos e devidamente justificados, usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação, ao passo em que não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, eis que estabelecidos em patamares aceitáveis.

10.7.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Comprovação de capacidade técnico-operacional: pelo menos 01 (um) atestado em nome da licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação.
- b) Alvará de Funcionamento da Sede da licitante, em plena validade. Na hipótese de inexistência de prazo, reputar-se-ão válidos por 12 (doze) meses, contados de sua expedição.
- c) Declaração/Certidão ou documento equivalente de Vistoria e/ou Alvará da Vigilância Sanitária competente (Município e/ou Estado/Distrital) da Sede da licitante, em plena validade
- d) Apresentação de POP'S (Procedimento Operacional Padrão) para a coleta, processamento e entrega das roupas;
- e) Declaração se responsabilizando pelo fornecimento e manutenção das balanças especificamente para verificação da entrega dos itens, quando identificada necessidade de manutenção pelo Certificado de Calibração ou quando notificado por fiscal de contrato por haver defeito nas mesmas que possa afetar a medição dos serviços, sem repasse de ônus a contratante;
- f) Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- g) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

10.7.4.1 Os atestados deverão conter, no mínimo:

- a) papel timbrado;
- b) CNPJ da emitente;
- c) endereço e telefone;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- d) data de emissão;
- e) nome e cargo de quem assina;
- f) descrição do objeto fornecido;
- g) quantidade e período da contratação.

10.7.4.2 Não serão aceitos atestados:

- a) emitidos por empresas do mesmo grupo da licitante;
- b) emitidos pela própria licitante;
- c) emitidos por empresas com sócios ou diretores comuns.

10.7.4.3 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sanções/cnep>)

10.7.4.4 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.7.4.5 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.7.4.6 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.7.4.7 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

10.7.4.8 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

10.7.4.9 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

10.7.4.10 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.



10.7.5. OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

- a) Não serão aceitos **“protocolos de entrega”** ou **“solicitação de documento”** em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos;
- b) As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas **por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.**
- c) A Administração se reserva o direito de promover quaisquer diligências que se façam necessárias a fim de verificar a veracidade e a precisão das informações fornecidas.
- d) A regularidade dos documentos exigidos nos subitens 10.7.2 e 10.7.3 será confirmada a autenticidade por meio de consulta “on-line”.

11. DA ANÁLISE E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

11.1 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a sua substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência.

11.2. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, acessível às licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.2.1. A omissão na documentação ou a documentação apresentada com data de validade vencida, quando passíveis de serem saneadas mediante consulta gratuita a sítio oficial na internet e, as meras declarações das licitantes, constituem falhas formais. Nestas hipóteses, o(a) Pregoeiro(a) poderá suprir de ofício a falha, juntando a documentação obtida em diligência nos autos do processo.

11.2.2. A vedação à inclusão de novo documento não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pela licitante (condição preexistente) quando apresentou sua proposta, que não foi juntado, por equívoco ou falha, com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta.

11.3. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão apresentar toda documentação de habilitação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, ainda que tenham alguma restrição.

11.4. Constituem motivos para INABILITAÇÃO da licitante, após esgotadas as possibilidades de saneamento nos termos do disposto no subitem 11.2:

11.4.1. A não apresentação da documentação exigida para habilitação;

11.4.2. A apresentação de documentos com prazo de validade vencido, na data fixada para apresentação da proposta eletrônica;

11.4.3. A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;

11.4.4 A apresentação de documentos que contenham informações inverídicas;

11.4.5. O não cumprimento dos requisitos de habilitação;

11.4.6. O não atendimento às diligências, quando solicitadas, dentro do prazo estabelecido.

11.5. Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos o(a) Pregoeiro(a) considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

11.6. Caso a licitante não atenda às exigências de habilitação o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

12. DOS RECURSOS



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

12.1. Dos atos da Administração decorrentes desta licitação cabem:

12.1.1. **Recurso Hierárquico** em face de:

- a) julgamento das propostas;
- b) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- c) anulação ou revogação da licitação;

12.1.2. **Pedido de reconsideração**, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

12.2. Para os recursos apresentados em face do julgamento das propostas e da habilitação ou inabilitação de licitante serão observadas as seguintes disposições:

12.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada pela licitante, exclusivamente via sistema, no prazo de até 10 (dez) minutos, após o julgamento da proposta ou da habilitação, sob pena de preclusão.

12.2.1.1 A licitante desclassificada antes da fase de disputa também poderá manifestar e motivar a sua intenção de interpor recurso naquele período.

12.2.2. As licitantes que manifestaram a intenção de interpor recurso deverá apresentar sua peça recursal, dirigidos ao(à) Pregoeiro(a), em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis contados a partir do encerramento do lote no sistema, após o julgamento da proposta e da habilitação de licitante.

12.2.3. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso 03 (três) dias úteis) e terá início na data de divulgação da interposição de recurso.

12.2.4. A apreciação dar-se-á em fase única.

12.3. Os demais recursos hierárquicos serão dirigidos à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, através do ambiente do sistema eletrônico, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do dia subsequente ao da publicação no Diário Oficial do Município.

12.4. A autoridade que praticou o ato recorrido poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

12.5. O pedido de reconsideração será dirigido à autoridade que praticou o ato, através do e-mail copel.secad@laurodefreitas.ba.gov.br, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados da data da intimação relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

12.5.1 A autoridade deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

12.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.7. O acolhimento de recurso implicará a invalidação apenas do ato insuscetível de aproveitamento.

12.8. Não serão acatados recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não credenciados no processo para responder pela licitante.

13. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

13.1. A execução ocorrerá sob demanda da Administração, mediante ordens de serviço da fiscalização.

13.2. A CONTRATADA deverá possuir lavanderia própria ou sob sua responsabilidade, com capacidade técnico-operacional para o processamento integral do enxoval, incluindo desinfecção, higienização, acondicionamento e guarda, garantindo a integridade do enxoval disponibilizado em comodato operacional (pool), bem como realizar coleta e entrega por veículos adequados e higienizáveis.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 13.3. Os serviços serão executados nas dependências da CONTRATADA, abrangendo processamento, controle e rastreabilidade por unidade e por lote.
- 13.4. O início da execução deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato.
- 13.4.1 A impossibilidade de início deverá ser formalmente justificada com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, ressalvados casos fortuitos ou de força maior.
- 13.5. . A retirada do enxoval/roupas sujas nas unidades em até 12h do registro da solicitação, a partir das 17horas, inclusive fins de semana/feriados quando demandado.
- 13.5.1. O prazo máximo entre a coleta do enxoval sujo e a devolução do enxoval limpo, rastreado e em condições de uso será de até 24 (vinte e quatro) horas.
- 13.5.2. O descumprimento do prazo estabelecido no subitem 13.5.1 sujeitará a CONTRATADA à glosa proporcional na medição do período afetado, sem prejuízo das demais sanções contratuais, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 13.5.3. Entrega e abrangência: entrega sob demanda nas unidades listadas no Anexo IV- Relação de Unidades, conforme requisições formais.
- 13.5.4. Local de execução e responsabilidade: processamento nas instalações da contratada, devidamente licenciadas, com responsabilidade integral por coleta, transporte, processamento e entrega, assegurando rastreabilidade e segregação sujo/limpo.
- 13.5.5. Apresentar cópia do Manual de Procedimentos da Lavanderia, no ato da assinatura do Contrato, contendo todas as rotinas operacionais identificadas abaixo:
- a) Organograma da Empresa, quadro de pessoal, qualificação, atribuição e jornada de trabalho;
 - b) Plano de gerenciamento de resíduos;
 - d) Fluxograma de roupa na lavanderia
- 13.6. A Contratada deverá possuir lavanderia própria para processamento de roupa, dotada de condições totais para suprir a necessidade: (desinfecção, higienização, acondicionamento e guarda de toda a roupa processada) de modo que garanta a qualidade dos serviços prestados, bem como a remoção e entrega da roupa por meio de veículos adequados.
- 13.7. A prestação dos serviços de lavanderia hospitalar realizar-se-á mediante a utilização das dependências da CONTRATADA, onde a roupa será processada. O prazo de início da execução dos serviços é de 05 (cinco) dias úteis, após a assinatura do contrato.
- 13.8. Caso não seja possível a execução na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

13.9. A execução contratual deverá observar integralmente os referenciais técnicos e sanitários aplicáveis ao processamento de roupas em serviços de saúde (Manual do MS e atualizações; normas/portarias vigentes da ANVISA, incluindo a RDC/Anvisa nº 06/2012 e correlatos), constituindo condição de conformidade do objeto, nos termos da Lei nº 14.133/2021, com sujeição à fiscalização, medição e glosa por inexecução/execução irregular e demais sanções cabíveis.

14. DA VIGÊNCIA

14.1. O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contado da assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente até o limite legal, desde que demonstrada a vantajosidade, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

15. DO CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento:

15.1. Os serviços serão recebidos, de forma sumária, no ato da entrega do enxoval processado e rastreado, juntamente com a nota fiscal ou instrumento equivalente, pelo responsável pela fiscalização do contrato, para posterior verificação da conformidade com o Termo de Referência, a proposta e os registros de rastreabilidade do pool.

15.2. Na execução sob demanda, a CONTRATADA deverá realizar a coleta do enxoval/roupas sujas nas unidades de saúde do Município em até 12(doze) horas do registro formal da solicitação pela unidade demandante, a partir das 17 horas, inclusive sábados, domingos e feriados quando houver requisição.

15.3. O prazo máximo para devolução do enxoval processado, limpo e apto ao uso será de até 24 (vinte e quatro) horas, contadas da retirada, mediante registros auditáveis de data e hora. Os serviços serão executados nas dependências da CONTRATADA, em instalações regularmente licenciadas, cabendo-lhe responsabilidade integral pela coleta, transporte, processamento, gestão do fluxo e entrega, com segregação sujo/limpo, rastreabilidade e manutenção operacional do pool (comodato operacional), sob fiscalização, medição e eventual glosa, nos termos do planejamento e da Lei nº 14.133/2021.

15.4. A medição dos serviços será realizada mensalmente, tomando-se por base o peso, em quilogramas (kg), efetivamente processado de roupas hospitalares para cada unidade de saúde atendida.

15.5. Em cada operação de recebimento de roupas sujas, a contratada deverá:

I – Proceder à pesagem por unidade de saúde, registrando o peso total em kg;

II – Emitir comprovante de recebimento (romaneio/ordem de serviço) contendo, no mínimo:

- a) identificação da unidade de saúde;
- b) data e horário da coleta;
- c) peso bruto recebido (kg);
- d) identificação do veículo e do responsável pela coleta;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

e) assinatura ou identificação do servidor da unidade que acompanhou a coleta.

15.6. Após o processamento e antes da entrega, a contratada deverá:

I – Garantir a rastreabilidade entre os lotes coletados e os lotes entregues;

II – Disponibilizar à fiscalização relatórios que permitam confrontar as quantidades recebidas, processadas e entregues.

15.7. A medição mensal será consolidada pela contratada por meio de Relatório de Medição Mensal, que deverá conter, no mínimo:

I – Discriminação, por unidade de saúde, do total de quilogramas (kg) processados no período;

II – Número de coletas/entregas realizadas por unidade;

III – indicação de eventuais ocorrências (atrasos, recusas, não conformidades, serviços emergenciais);

IV – indicação do valor devido, mediante aplicação dos preços unitários contratados (R\$/kg), separados por unidade de saúde.

15.8. O Relatório de Medição Mensal deverá ser apresentado à fiscalização da contratante até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, acompanhado dos comprovantes de recebimento/coleta emitidos e de demais documentos que a fiscalização entender necessários.

15.9. A fiscalização procederá à conferência dos dados apresentados, podendo, a qualquer tempo:

I – Solicitar esclarecimentos e documentos complementares;

II – Proceder à recontagem amostral e à reconstituição de medições;

III – Glosar, total ou parcialmente, as quantidades e valores apresentados, quando constatadas divergências ou inconsistências.

15.10. A aprovação do Relatório de Medição Mensal pela fiscalização condiciona-se ao cumprimento dos níveis de serviço (SLAs) estabelecidos no Termo de Referência e não exime a contratada das responsabilidades por falhas, perdas, extravios ou descumprimentos contratuais identificados posteriormente.

15.11. As glosas decorrentes de não atendimento aos níveis de serviço; divergências de medição e perda/extravio de enxoval acima dos limites contratuais serão aplicadas sobre o valor mensal apurado, conforme critérios definidos na cláusula de sanções e penalidades, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

15.12. A emissão da nota fiscal pela contratada somente poderá ocorrer após a aprovação formal do Relatório de Medição Mensal pela fiscalização, devendo refletir exatamente os quantitativos e valores ali atestados.

15.13. Havendo controvérsia sobre a execução do objeto quanto à quantidade processada, qualidade sanitária, integridade do enxoval em comodato operacional (pool) ou dados de rastreabilidade,



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

observar-se-á o art. 143 da Lei nº 14.133/2021, devendo a CONTRATADA emitir nota fiscal relativa à parcela incontroversa para fins de liquidação e pagamento.

- 15.14. O prazo destinado à correção de inconsistências na execução, nos registros de rastreabilidade ou no saneamento da nota fiscal não será computado para fins de recebimento definitivo.
- 15.15. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, sanitária e operacional da CONTRATADA pela qualidade do processamento, pela integridade do enxoval disponibilizado em comodato operacional (pool) e pela perfeita execução contratual.

Liquidação

- 15.16. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrão o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
- 15.17. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 15.18. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade;
- 15.19. A data da emissão; os dados do contrato e do órgão contratante; o período respectivo de execução do contrato; o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 15.20. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 15.21. Nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 15.22. Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo;
 - b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas
- 15.23. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 15.24. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 15.25. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 15.26. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 15.27. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

Forma de pagamento

- 15.28. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 15.29. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 15.30. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 15.31. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 15.32. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16. DAS OBRIGAÇÕES

16.1. DA CONTRATADA:

- 16.1.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e sua proposta de preços, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 16.1.2. Executar devidamente os serviços descritos na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

16.1.3. A CONTRATADA garantirá enxoval inicial de primeiro uso e, durante a execução, substituirá por novas as peças segregadas por desgaste/inservibilidade; realizará coleta de roupa suja no abrigo da unidade, em horários definidos pela CONTRATANTE, por empregado identificado e uniformizado, com transporte em veículos adequados; executará o ciclo completo de processamento (pesagem, segregação, pré-lavagem, lavagem, desinfecção, secagem, acabamento, dobragem e embalagem/identificação), assegurando eliminação de resíduos alergênicos/irritantes; não cobrará reprocessamentos; não faturará peças limpas que demandem reparo, as quais deverão ser costuradas e reprocessadas antes da liberação; manterá lavanderia própria com condições totais e equipe suficiente; fornecerá enxoval padronizado em quantidade adequada, ciente de que os quantitativos/pesos são referenciais, sem consumo mínimo, podendo variar; e aceitará supervisão da CCIH e da fiscalização contratual, com execução cuidadosa para evitar danos materiais, pessoais e ambientais.

16.1.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar, instalar e manter, sem ônus para a CONTRATANTE e como encargo operacional indissociável da execução, os meios e equipamentos necessários à pesagem, acondicionamento, transporte interno e entrega do enxoval, assegurando rastreabilidade e adequada segregação, sob fiscalização e medição pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021. Inclui-se, no mínimo para cada Unidade saúde elencada no Anexo IV:

- a. carros/contêineres para entrega de roupa limpa nas dependências da CONTRATANTE;
- b. 01 balança digital tipo plataforma para pesagem de roupa suja e 01 balança digital tipo plataforma para pesagem de roupa limpa, ambas instaladas nas dependências da CONTRATANTE ou no transporte antes da coleta e na entrega;
- c. sacos plásticos descartáveis em cores distintas para retornos específicos (costura, descarte, relavagem e peças eventuais), com resistência compatível ao peso, diferentes dos sacos de resíduos de serviços de saúde;
- d. sacos para hamper em polietileno, com capacidade compatível ao suporte e identificação conforme legislação vigente, com no mínimo duas cores;
- e. carros para roupa suja com tampa fixa, laváveis, identificados, com dreno/eliminação de líquidos ou contêineres com rodízios, em volume compatível à demanda;
- f. carros para roupa limpa com tampa fixa, laváveis, identificados e mantidos fechados, para armazenamento/dispensação às unidades assistenciais;
- g. suportes para hamper de alta resistência, laváveis, com dimensões aproximadas de 50 cm de diâmetro e 80–90 cm de altura (estrutura tubular/inóx), conforme necessidade do CONTRATANTE.

16.1.5. O fornecimento e a manutenção desses itens integram o escopo, sendo obrigatória a substituição em caso de avaria, insuficiência ou não conformidade.



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

- 16.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 16.1.6. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 16.1.7. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 16.1.8. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 16.1.9. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 16.1.10. Executar todas as obrigações assumidas com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;
- 16.1.11. Arcar com todas as despesas decorrentes da contratação, inclusive materiais de consumo e equipamentos utilizados para a prestação de serviços, bem como as despesas com insumos, materiais, transporte, deslocamento e mão-de-obra, encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do contrato, cabendo-lhe ainda a inteira responsabilidade (civil e penal), por quaisquer danos a terceiros, provenientes de negligência resultante da prestação do serviço.
- 16.1.12. A CONTRATADA deverá colocar em serviço apenas empregado devidamente qualificado, selecionados e treinados para o perfeito desempenho dos trabalhos, devendo os mesmos apresentar-se, quando necessário, devidamente uniformizados e portando crachá de identificação.
- 16.1.13. Todas as despesas decorrentes da contratação, inclusive materiais de consumo e equipamentos, utilizados para prestação dos serviços serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, bem como as despesas com insumos, materiais, transporte, deslocamento e mão-de-obra, encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do contrato, cabendo-lhe, ainda, a inteira responsabilidade (civil e penal), por quaisquer danos a terceiros, provenientes de negligências resultante da prestação dos serviços.
- 16.1.14. A empresa deverá manter equipe técnica para manutenção preventiva e corretiva com de atendimento de no máximo 6 horas úteis após abertura de chamado; Substituição de equipamento com defeito deverá ocorrer em até 12 horas após a notificação.

16.2. DA CONTRATANTE

- 16.2.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no contrato;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 16.2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 16.2.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 16.2.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 16.2.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente a execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo e seus anexos;
- 16.2.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 16.2.7. O direito de paralisar ou suspender a qualquer momento a execução do contrato, caso haja qualquer infringência das normas legais ou procedimentos aplicados.

17. DAS PENALIDADES

17.1 As sanções administrativas serão impostas fundamentadamente nos termos da Lei nº 14.133/2021, garantindo o direito à ampla defesa sem prejuízo das demais cominações legais previstas neste Termo de Referência, o licitante que:

- a) Se recusar a assinar o termo do contrato ou receber a nota de empenho;
- b) Inexecução total ou parcial da nota de empenho ou contrato;
- c) Deixar de entregar documentação exigida neste Termo de Referência;
- d) Apresentar documentação falsa;
- e) Ensejar o retardamento da execução do seu objeto;
- f) Não manter a proposta dentro do prazo de validade;
- g) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- h) Comportar-se de modo inidôneo;
- i) Fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;
- j) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas, enquanto durarem os fatos de impedimento, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

17.2. A pena de advertência poderá ser aplicada sempre que a administração entender que a(s) justificativa(s) de defesa atenua a responsabilidade da CONTRATADA e desde que não tenha havido prejuízo ao erário;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

17.3. Pelo atraso injustificado, inexecução total ou parcial na prestação do serviço, a Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas, através da Secretaria Municipal de Saúde, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à CONTRATADA as multas fixadas a seguir, sem prejuízo de outras sanções previstas neste termo de referência, no contrato, e demais legislações aplicáveis à espécie;

17.3.1. Multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) do valor do contrato, por dia de atraso do início de sua execução, até o limite máximo de 2% (dois por cento).

17.3.2. Multa compensatória de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, no caso de sua inexecução total ou parcial, ou ainda, pela recusa injustificada em assinar o contrato;

17.3.3. Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, no caso de descumprimento de qualquer outra obrigação pactuada;

17.4. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Secretaria Municipal de Saúde, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas nos itens previstos no tópico 17.3.2 e 17.3.3;

17.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas na Secretaria Municipal de Saúde, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência e das demais cominações legais;

17.6. As sanções previstas nos itens 17.1 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa;

17.7. O percentual de multa previsto no item 17.3.1 incidirá sobre o valor atualizado do contrato ou do item do contrato (nesse último caso, quando a licitação tenha sido julgada e adjudicada por item), tendo como fator de atualização o percentual da taxa SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia – que incidirá a partir da data em que ocorrer o fato, até o dia do efetivo pagamento da multa;

17.8. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o CONTRATADO pela sua diferença, que será descontada/compensada dos pagamentos eventualmente devidos pela administração. Efetuados esses descontos/compensações, caso ainda haja saldo devedor, ou inexistentes a garantia e/ou pagamentos devidos pela CONTRATANTE, o valor da multa aplicada deverá ser recolhido junto à agência do Banco do Bradesco, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da notificação, por meio de Guia de Recolhimento;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

17.9. Na hipótese de não pagamento ou recolhimento referido no subitem imediatamente acima, os valores serão objeto de inscrição em dívida ativa e sua consequente cobrança pelos meios legais;

17.10. Independente da sanção aplicada, a inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar, ainda, a rescisão contratual, nos termos previstos na Lei nº 14.133/2021, bem como a incidência das consequências legais cabíveis, inclusive indenização por perdas e danos eventualmente causados à CONTRATANTE;

17.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021;

17.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos.

Descrição	Código	Nomenclatura
Órgão	10	Secretaria Municipal de Saúde
Unidade	1001	Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade	2061	Funcionamento dos serviços de atenção ambulatorial especializada em saúde
	2062	Funcionamento do serviço de referência a atenção especializada à saúde
	2063	Funcionamento dos serviços hospitalares
	2064	Funcionamento dos serviços de urgência e emergência em saúde
Elemento	33903900	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fontes de recursos	15001002	Recursos não vinculados de impostos destinados a despesas com ações e serviços públicos de saúde.
	16000000	Transferência Fundo a Fundo de Recursos provenientes do Governo.

19. DA FORMALIZAÇÃO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

19.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da sessão pública de abertura do certame, através do portal eletrônico <https://licitanet.com.br/> ou do endereço eletrônico copel.secad@laurodefreitas.ba.gov.br.

19.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no portal eletrônico <https://licitanet.com.br/> e publicada no Diário Oficial.

19.3. Eventuais modificações neste edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

19.4. A ausência de impugnação implica a aceitação tácita, pela licitante, das condições previstas neste edital e em seus anexos.

20. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

20.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do(a) Pregoeiro(a), caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

20.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

20.3 Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido no edital.

20.4 O adjudicatário será convocado a assinar o termo de contrato, ou instrumento equivalente, se for o caso, no prazo de até 08 (oito) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, podendo solicitar sua prorrogação por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração.

20.4.1 Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante a Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Justiça do Trabalho (CNDT) e as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, estiverem com prazos de validade vencidos, o órgão responsável pela elaboração do contrato verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

20.4.2 Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

20.5 Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subsequentes, na ordem de classificação, bem como o atendimento, pelo licitante, das condições de habilitação, procedendo à contratação.

20.6 A assinatura do contrato deverá ser realizada pelo representante legal da empresa ou mandatário com poderes expressos.

20.7 A contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

20.8 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, quando for o caso, compensações ou apelações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não



caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

21. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 21.1. Não será permitida a subcontratação de núcleo principal do objeto, compreendendo o processamento (lavagem, desinfecção, secagem, calandragem, dobragem, acabamento) das roupas hospitalares e a gestão e o fornecimento do enxoval em comodato (pool), incluindo controle de estoque, reposição e qualidade, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que a pesquisa de mercado demonstrou a existência de múltiplos fornecedores aptos a executar integralmente os serviços. A medida preserva a responsabilidade única pela execução, favorece a rastreabilidade operacional no controle de infecção e mostra-se mais vantajosa sob os aspectos técnico, sanitário e econômico, não configurando restrição indevida à competitividade.
- 21.2. Poderá ser admitida, mediante autorização prévia da Administração, subcontratação de parcelas estritamente acessórias, tais como serviços de manutenção de equipamentos e apoio logístico, até o limite de 10% do valor contratual, desde que: não haja prejuízo à coordenação e ao controle direto da execução pela contratada e as subcontratadas cumpram integralmente as normas sanitárias, de biossegurança, trabalhistas e ambientais aplicáveis.
- 21.3. Essa restrição fundamenta-se no art. 122, §3º, da Lei nº 14.133/2021, que permite ao edital vedar ou limitar a subcontratação, considerando o interesse público, a natureza e relevância das parcelas envolvidas e a necessidade de assegurar a adequada execução do objeto.

22. DO REAJUSTE

- 22.1. Independentemente do prazo de duração do contrato utilizar-se-á como critério de reajuste o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, com data-base vinculada à assinatura do contrato.
- 22.2. A concessão do reajuste será realizada de ofício mediante apostilamento ao contrato.
- 22.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 22.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 22.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;
- 22.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 22.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 22.8. O reajuste será realizado por apostilamento.
- 22.9. Surgindo fato desencadeador ocorrido após a assinatura do contrato, que cause desequilíbrio decorrente de fato imprevisível, ou previsível, mas insuperável por mais diligente que tenha sido a respectiva parte; que o risco não se encontre entre aqueles que sejam atribuídos pela própria parte; que esse fator de desequilíbrio não decorra de ação culposa ainda que indireta do requerente; que o desequilíbrio afete as condições financeiras da proposta, pode o Contratante requer o reequilíbrio.
- 22.10. O prazo para a Contratante analisar e decidir sobre o pedido de reequilíbrio é de 45 (quarenta cinco) dias corridos, sendo que em caso de ultrapassar esses dias, caberá incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês mais a correção monetária sob o respectivo montante.
- 22.11. A exclusão do regime tributário do simples nacional por ato voluntário da contratada ou superação dos limites da receita bruta anual, que cuida o art. 30 da Lei Complementar nº 123/2006, não enseja o reequilíbrio econômico financeiro do contrato.
- 22.12. O reequilíbrio será realizado por Termo Aditivo.

23. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- 23.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 23.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 23.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 23.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 23.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização:



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 23.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, o servidor Luana de Jesus Oliveira (Mat.121378-7) ou pelos respectivos substitutos.
- 23.7. A Secretaria definirá os servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, através de Portaria para tal finalidade, publicada na imprensa oficial.
- 23.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei nº 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.
- 23.9. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 23.10. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
- 23.11. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.
- 23.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 23.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 23.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

- 23.15. Cabe ao gestor do contrato:
- 23.15.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 23.15.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 23.15.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 23.15.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 23.15.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 23.15.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 23.15.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

24. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 24.1. Ficam as licitantes sujeitas às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa ou que não corresponda à realidade dos fatos.
- 24.2. Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias úteis.
- 24.3. As referências de horário correspondem ao horário oficial da Bahia.
- 24.4. Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a).

25. FORO

- 25.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Lauro de Freitas/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

26. ANEXOS DO EDITAL

- 26.1. Fazem parte integrante deste Edital:

ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO II	DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO III	DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO
ANEXO IV	DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO
ANEXO V	MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO
ANEXO VI	MINUTA DO CONTRATO

26.2. – Este Edital e seus anexos contêm 86 (oitenta e seis) folhas rubricadas e numericamente ordenadas.

Lauro de Freitas, 28 de Abril de 2026

Heider do Vale Almeida Pinheiro
Diretoria de Licitações



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
TERMO DE REFERÊNCIA n. 0003/2026
PROC. ADMINISTRATIVO Nº: 04641/2026

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, "a").

1.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavanderia hospitalar, compreendendo o processamento de roupas hospitalares (coleta, transporte interno e externo, classificação, lavagem, secagem, calandragem, dobragem, acabamento, separação, embalagem e distribuição), com fornecimento de enxoval hospitalar em regime de comodato operacional (pool), sob demanda e com medição por quilograma efetivamente processado, conforme Termo de Referência, para atendimento das unidades de saúde de Lauro de Freitas/BA.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UF	QTD/ME NSAL	PERÍODO /MENSAL	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Serviços de lavanderia hospitalar, incluindo coleta, transporte, processamento, rastreabilidade e entrega, com fornecimento integral de insumos e disponibilização de enxoval em comodato operacional (pool), sob demanda e com medição por quilograma efetivamente processado.	KG	23.651	12	22,25	R\$ 6.314.817,00

1.1O objeto não se enquadra como bem de luxo, pois consiste em serviço essencial de lavanderia hospitalar, com requisitos estritamente funcionais e sanitários, sem atributos supérfluos. Atende ao art. 20 da Lei nº 14.133/2021 e ao Decreto Municipal nº 5.040/2022.

1.2A contratação terá vigência de 12 meses, admitida prorrogação sucessiva, por interesse público devidamente motivado, nos termos da Lei nº 14.133/2021, condicionada à vantajosidade, manutenção das condições de habilitação e desempenho satisfatório na execução.

1.3DOS SERVIÇOS: Os serviços serão executados pela CONTRATADA, em instalações regularmente licenciadas, com processamento integral do enxoval incluindo lavagem, desinfecção, secagem e acabamento asseguradas a segregação física e operacional dos fluxos sujo/limpo, o controle de contaminação cruzada e a rastreabilidade por lote e por unidade demandante, conforme as condições e parâmetros definidos no Termo de Referência. A execução compreenderá, ainda, a disponibilização de enxoval em comodato operacional (pool), com gestão do fluxo sujo/limpo e manutenção do quantitativo mínimo operacional, de modo a garantir continuidade assistencial e disponibilidade permanente de peças em condições de uso, sem prejuízo da fiscalização por registros auditáveis.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

1.3.1 A CONTRATADA deverá dispor de lavanderia própria, apta a processar, acondicionar e guardar a roupa com padrão hospitalar, e realizar coleta/entrega com veículos adequados, garantindo continuidade e qualidade, conforme Anexo I (Planilha de Especificação).

1.4O custo estimado total da contratação é de R\$ 6.314.817,00 (Seis milhões, trezentos e quatorze mil, oitocentos e dezessete reais), conforme custos unitários apostos na tabela em anexo.

1.5 Nos termos da Lei nº 14.133/2021, no âmbito de licitação estruturada em lote único, o modelo de execução mais adequado, seguro e compatível com o objeto de serviços de lavanderia hospitalar deve prever a mensuração com base na quantidade de quilogramas efetivamente processados, especialmente em contratações sob demanda e com variabilidade operacional.

2 . FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, “b”):

2.1O objeto deste Termo de Referência fundamenta-se na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações correlatas, aplicando-se subsidiariamente, no que coube.

2.2O presente Termo de Referência fundamenta-se na Lei nº 14.133/2021 e normas correlatas aplicáveis. A contratação de empresa especializada para prestação contínua de serviços de lavanderia hospitalar, com disponibilização de enxoval em comodato operacional (pool), é necessária para assegurar higienização segura e disponibilidade permanente de roupas e enxovais nas unidades de saúde municipais, atendendo exigências sanitárias, prevenindo infecções relacionadas à assistência e garantindo continuidade do serviço público.

2.3O objeto abrange coleta, transporte, pesagem, segregação, lavagem, desinfecção, secagem, calandragem/passadoria e dobragem, embalagem/identificação e entrega, com fornecimento integral de insumos, materiais e EPIs, além da gestão do fluxo sujo/limpo, rastreabilidade por unidade/lote e reposição para manutenção do quantitativo mínimo do pool. A execução deverá observar a RDC ANVISA nº 6/2012 e a NR-32 (item 32.7), com pops formalizados e fiscalização contratual nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.4O Estudo Técnico Preliminar demonstra que a Administração Municipal não dispõe de estrutura física, tecnológica e de pessoal suficiente para realizar internamente, com segurança e economicidade, todas as etapas do processamento de roupas hospitalares, bem como para manter estoque adequado de enxoval, com reposição, padronização e controle de qualidade. A implantação de lavanderia própria em escala compatível com a demanda das unidades de saúde exigiria elevados investimentos em obras, máquinas, equipamentos, insumos, tratamento de efluentes e equipe especializada, mostrando-se, no momento, economicamente desvantajosa e operacionalmente complexa.

2.5A opção pelo fornecimento de enxoval em regime de comodato operacional (pool) transfere à futura contratada a responsabilidade pela disponibilização, padronização, reposição e gerenciamento do acervo



têxtil, garantindo a manutenção de níveis mínimos de estoque e a adequada condição de uso, reduzindo a necessidade de investimento direto do Município em enxoval próprio e minimizando riscos de desabastecimento.

2.6A prestação sob demanda, com medição e pagamento por quilograma efetivamente processado, mostra-se adequada à natureza variável da produção assistencial, permitindo que a Administração pague estritamente pelo serviço utilizado e ajuste o contrato às oscilações de demanda das unidades, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e seletividade previstos nos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021.

2.7 Dessa forma, o Estudo Técnico Preliminar conclui que a contratação proposta é necessária para assegurar a continuidade e a regularidade dos serviços de saúde prestados à população de Lauro de Freitas/BA, além de tecnicamente adequada e vantajosa do ponto de vista operacional e econômico, justificando-se a deflagração do respectivo processo licitatório.

3 JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, “b”).

3.1A contratação é juridicamente amparada pela Lei nº 14.133/2021 e tecnicamente justificada pela necessidade de assegurar a adequada higienização de roupas hospitalares, conforme as normas sanitárias e de segurança do trabalho. A ausência de estrutura interna adequada inviabiliza a execução direta pelo município, exigindo a contratação de empresa especializada, com capacidade técnica, logística e sanitária para garantir a qualidade do serviço. A medida assegura a continuidade da assistência à saúde, reduz riscos sanitários e atende ao interesse público com eficiência e conformidade legal.

3.2 Salientamos que a realização do serviço fora das dependências das Unidades contribui para a redução do risco de contaminação do ambiente hospitalar, fator esse que tem embasamento legal no Manual de Processamento de Roupas de Serviço de Saúde: Prevenção e Controle de Risco, 2009 da ANVISA quanto na Portaria do Ministério da Saúde de nº. 2616/1998, também abordado em diversos trabalhos científicos.

3.3 Cumpre esclarecer que a modelagem adotada visa à otimização operacional e ao aprimoramento da fiscalização da cadeia de processamento do enxoval. Todavia, a presente contratação restringe-se exclusivamente à prestação dos serviços de lavanderia hospitalar e à gestão do enxoval em regime de comodato operacional (pool), não abrangendo atividades de hotelaria hospitalar, rouparia interna ou higienização de ambientes, que permanecem sob responsabilidade da Administração, salvo previsão expressa em instrumento próprio.

3.4 Diante do exposto, justificamos ser imprescindível a referida contratação, visando atender a presente



demanda.

4 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, “c”).

4.1A solução consiste na contratação de empresa especializada para prestação contínua dos serviços de lavanderia hospitalar, sob demanda, abrangendo coleta, transporte, pesagem, segregação, lavagem, desinfecção, secagem, acabamento (passadoria/calandragem e dobragem), embalagem/identificação, rastreabilidade e entrega nas unidades de saúde do Município, com fornecimento integral de insumos e EPIs, bem como disponibilização de enxoval hospitalar em comodato operacional (pool), com gestão do fluxo sujo/limpo e reposição para manutenção do quantitativo mínimo operacional. A contratada deverá dispor de planta industrial regularmente licenciada, equipe treinada e processos padronizados, assegurando segregação sujo/limpo, controle de contaminação cruzada e registros auditáveis.

4.2A terceirização mostra-se tecnicamente adequada diante da inexistência de estrutura instalada e capacidade operacional municipal para execução direta, e será estruturada com requisitos objetivos, proporcionais e verificáveis, preservando competitividade e assegurando eficiência, economicidade e controle da execução, nos termos dos arts. 5º, 11 e 18 da Lei nº 14.133/2021. A execução por empresa especializada reduz riscos sanitários, padroniza rotinas, fortalece a rastreabilidade e viabiliza fiscalização efetiva, com responsabilização única pela cadeia logística e de processamento. A empresa contratada deverá fornecer enxoval em regime de comodato, nas quantidades e condições listadas.

4.3O ciclo de vida do objeto desta contratação como um todo abrange a operação rotineira do serviço, gerenciamento do pool de enxoval em comodato, manutenção, reposição e controle de qualidade dos serviços prestados, gestão contratual, acompanhamentos e medição, além do encerramento do ciclo contratual e devolução pela contratante de todo enxoval eventualmente sob sua guarda. Sendo necessário a realização de procedimentos de substituição contratual, quando houver nova contratação, de forma a evitar descontinuidade da prestação do serviço de lavanderia hospitalar.

4.4A solução integra-se ao ciclo de contratação pública com base em planejamento técnico e levantamento de mercado, sendo compatível com contratação competitiva para serviço comum. A adoção de lote único, tecnicamente motivada, favorece governança, rastreabilidade e gestão contratual, mitigando falhas de interface e riscos operacionais, sem prejuízo de ampla disputa e seleção da proposta mais vantajosa. Tal medida não restringe o universo dos competidores.

5 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, “d”).

5.1. REQUISITOS TÉCNICOS DO OBJETO



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

20.1.7 Escopo mínimo da operação rotineira do serviço: A contratação deverá garantir, no mínimo:

20.1.7.1 Coleta interna do enxoval sujo nas unidades de saúde, em pontos determinados, com horários pré-definidos em termo de referência;

20.1.7.2 Transporte interno e externo do enxoval sujo e limpo, em condições que evitem contaminação cruzada (veículos e recipientes exclusivos ou adequadamente higienizados);

20.1.7.3 Classificação do enxoval por tipo de peça, grau de sujidade e risco biológico;

20.1.7.4 Processamento completo: lavagem, desinfecção, enxágue, extração, secagem, calandragem, passadoria, dobragem e acabamento;

20.1.7.5 Separação, embalagem individual ou em lotes identificados, conforme área de destino;

20.1.7.6 Distribuição do enxoval limpo às unidades de saúde, com controle de entrega;

20.1.7.7 Fornecimento de enxoval em regime de comodato operacional (pool), incluindo reposição por desgaste, dano ou perda, mantendo quantitativo e padrão de qualidade definidos;

20.1.7.8 Medição e faturamento com base no peso (kg) de enxoval efetivamente processado.

20.1.8 Capacidade operacional mínima: A contratada deverá garantir, no mínimo:

20.1.8.1 Capacidade instalada compatível com o volume estimado de kg/mês de enxoval das unidades de saúde de Lauro de Freitas/BA;

20.1.8.2 Disponibilidade de maquinário industrial (lavadoras, centrífugas, secadoras, calandras, etc.) em número e porte adequados, com plano de manutenção preventiva e corretiva;

20.1.8.3 Estrutura física da lavanderia com separação clara entre área suja e área limpa, fluxo unidirecional e barreira física;

20.1.8.4 Sistema de controle de qualidade (inclusive microbiológico) do enxoval processado, com apresentação periódica de laudos quando solicitado.

20.2 REQUISITOS DO FORNECIMENTO EM POOL (COMODATO OPERACIONAL)

20.2.7 Especificação do enxoval

20.2.7.1 Tipos de peças (lençóis, fronhas, campos cirúrgicos, aventais, pijamas, camisolas, toalhas, mantas, etc.) e respectivos padrões de tecido, gramatura, dimensões e cor, previstos no Anexo II – Especificação do enxoval em comodato;

20.2.7.2 Obrigatoriedade de manter o enxoval em bom estado de conservação, sem rasgos, manchas permanentes ou desgaste incompatível com uso hospitalar;

20.2.7.3 Quantitativos mínimos por unidade, conforme descrito no Anexo III- Descrição de enxoval por Unidade;

20.2.8 Responsabilidade pelo enxoval



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

20.2.8.1 O enxoval será de propriedade da empresa contratada, em regime de comodato operacional, sem transferência de domínio ao Município;

20.2.8.2 Cabe à contratada a reposição das peças deterioradas, extraviadas ou tornadas imprestáveis pelo uso normal, garantindo sempre o quantitativo mínimo pactuado;

20.2.8.3 Cabe à contratada o controle quantitativo por meio de inventários periódicos e relatórios de movimentação, com participação da Administração.

20.2.8.4 Todas as peças perdidas, extraviadas ou danificadas por culpa da contratada, que excedam os limites mensais do item 5.1.3 letra c, deverão ser integralmente repostas pela contratada, às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após a identificação e notificação pela fiscalização.

20.2.9 No primeiro dia de execução, como condição de aceite da implantação e para garantia de continuidade assistencial, a CONTRATADA deverá disponibilizar à Secretaria Municipal de Saúde (para circulação nas unidades de saúde do Município) quantitativo de enxoval equivalente a $Q_t = 5 \times Q_d$, em que Q_d é a demanda diária estimada neste TR, formando o enxoval circulante mínimo do pool, sem ônus adicional além do preço contratado. A CONTRATADA deverá disponibilizar e manter, durante toda a vigência, enxoval limpo em regime de comodato operacional (pool). 5.2.4 Adota-se o fator de dimensionamento 5x para composição do enxoval em pool operacional, por ser o parâmetro mínimo capaz de assegurar o giro completo do ciclo do enxoval (uso assistencial, acondicionamento e coleta, transporte, processamento industrial e redistribuição), garantindo disponibilidade contínua mesmo durante o tempo técnico em que as peças permanecem indisponíveis por lavagem, desinfecção, secagem, acabamento e logística. O critério incorpora, de forma proporcional e justificável, reserva técnica assistencial para absorver oscilações de ocupação, picos de demanda, intercorrências operacionais, atrasos logísticos e condenações técnicas por avarias, reduzindo objetivamente o risco de desabastecimento e de descontinuidade do serviço público de saúde, com potencial impacto sanitário.

5.2.5 O dimensionamento será apurado pela fórmula $Q_t = Q_d \times \text{Leitos} \times 5$, em que Q_d representa a demanda diária por leito, e Q_t o quantitativo mínimo do pool necessário para cobrir simultaneamente peças em uso, sujas, em transporte, em processamento e em contingência, evitando tanto subdimensionamento (risco assistencial) quanto superdimensionamento (estoque ocioso), em alinhamento aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público. Para fins de controle e vantajosidade, a execução deverá ser fiscalizável por registros operacionais e rastreabilidade por unidade/lote/viagem, e a medição e pagamento deverão ocorrer por quilograma efetivamente processado, aferido por pesagem na coleta e na recepção do processamento, com relatórios auditáveis e previsão de glosa por divergências de pesagem, não conformidades de qualidade ou descumprimento de prazos.

5.2.6 A cada trimestre (90 dias), a CONTRATADA deverá proceder ao reforço/reposição do pool em comodato, mediante inventário físico e conferência pela fiscalização, substituindo, sem ônus adicional, as



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

peças condenadas por desgaste, avarias, perda de desempenho sanitário/funcional, extravio imputável à operação e/ou por depreciação incompatível com o uso hospitalar, de modo a preservar permanentemente o quantitativo mínimo contratado e o padrão de qualidade exigido.

5.2.7 O reforço trimestral deverá ser formalizado por relatório de inventário contendo identificação das peças, quantidades entregues/substituídas por item, unidade atendida, data e responsável, integrando a rastreabilidade e o controle da execução contratual.

20.3 REQUISITOS GERAIS

20.3.7 A contratada deverá fornecer integralmente insumos e materiais necessários aos serviços, tais como detergentes específicos, sanitizantes e embalagens identificadas e apropriadas. Além disso, precisa comprovar capacidade logística para coleta e entrega pontual e contínua nas unidades, assegurando rotinas fixas e emergenciais. Para o fornecimento do objeto pretendido, deverá comprovar que atua em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar todos os documentos a título de habilitação técnica exigidos no edital. Ainda para que o objeto seja concretizado, também é necessário o atendimento de alguns requisitos de acordo com as características deste, dentre eles os de qualidade e capacidade de execução pelo contratado, minimamente, os dispostos nos artigos 62, 66, 67, 68 e 69 da Lei n. 14.133/2021, bem como buscar aderência aos padrões do mercado.

20.3.8 A CONTRATADA deverá efetuar a retirada da roupa suja no prazo máximo de 12 horas, a partir das 17 horas, inclusive sábados, domingos e feriados nas Unidades de Saúde do Município.

20.3.9 O tempo entre a execução dos serviços e a devolução da roupa devidamente limpa em condições de uso, não poderá ser superior a 24 (vinte quatro) horas contados a partir da coleta.

20.3.10 Será adotado inventário formal do enxoval para controle de rastreabilidade, evasão e qualidade, sob fiscalização e medição nos termos da Lei nº 14.133/2021. No início da execução, CONTRATADA e CONTRATANTE realizarão inventário inicial (contagem e conferência da relação quantitativa e descritiva), fixando a linha de base. Ao final de cada trimestre, será realizado inventário trimestral conjunto para apurar extravio/evasão e destruição por mau uso, devendo a CONTRATADA apresentar inventário/relatório assinado, com quantitativo por tipo, comparativo com a relação inicial, apuração de perdas no período e valor para ressarcimento, quando cabível. A evasão será atribuída à CONTRATANTE somente se comprovada nas dependências de unidade de saúde do Município e apenas no excedente aos limites financeiros do enxoval circulante: >6% ao mês, observada a cláusula de ressarcimento e eventual readequação do quantitativo circulante.

20.3.11 A coleta de roupa suja nos abrigos das unidades de saúde do Município será executada exclusivamente por empregado(s) da CONTRATADA treinado(s), uniformizado(s) e equipado(s) com EPI, a serem integralmente fornecidos pela própria CONTRATADA, sob fiscalização e medição, nos termos da Lei nº



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

14.133/2021. Os sacos plásticos de hamper deverão conter, no máximo, 80% da capacidade, ser identificados com a unidade de origem e utilizar 02 (duas) cores distintas para segregação na origem (sujeidade leve e sujeidade pesada).

20.3.12 O transporte interno observará a rota de roupa suja definida pela CONTRATANTE, vedado o cruzamento com fluxos limpos e áreas críticas (ex.: distribuição de refeições), garantindo barreira sanitária. Em caso de dano irreparável em contêineres/equipamentos disponibilizados pela CONTRATADA, esta deverá repor imediatamente por item equivalente, sem ônus e sem interrupção do serviço. Todos os custos de higienização e processamento (produtos químicos, insumos e demais consumíveis), bem como embalagens, serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

20.3.13 Os serviços serão realizados de forma PARCELADA e a CONTRATADA deverá iniciar o serviço a partir da ordem de serviço realizada, via e-mail, pelo setor demandante devendo.

20.3.14 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão de seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos sistemas oficiais, devendo proceder à correção tão logo identifique incorreções ou desatualizações. A inobservância poderá ensejar prejuízo à participação e eventual desclassificação.

20.3.15 São impedimentos de participação:

- a) quem não atender às condições deste Termo de Referência e anexos;
- b) pessoas físicas ou jurídicas impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal em decorrência de sanção aplicada;
- c) estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil, com poderes para receber citação e responder administrativa e judicialmente;
- d) licitante que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, ou com agente público que atue no processo de contratação, fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau;
- e) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou contratação irregular de adolescentes;
- f) agente público do órgão ou entidade licitante;
- g) pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

JUSTIFICATIVA: A vedação à participação em consórcio decorre da necessidade de responsabilidade operacional única pela cadeia integrada do serviço (coleta, transporte, processamento, rastreabilidade e gestão do pool), cuja fragmentação eleva riscos sanitários, dificulta a apuração de falhas e compromete a efetividade dos SLAs e das penalidades contratuais, conforme avaliação constante do ETP.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- h) pessoa física ou jurídica que integre rol de sancionados por organismos internacionais ou por agências de cooperação estrangeira, quando se tratar de projeto ou programa financiado por tais entidades, ou que seja declarada inidônea na forma da Lei nº 14.133/2021.
- i) O impedimento de que trata o item alínea “b” será também aplicado ao interessado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do interessado.
- j) Terceiro que atue em substituição a pessoa física ou jurídica sancionada, inclusive controladora, controlada ou coligada, com intuito de burlar a efetividade da sanção, desde que comprovado o ilícito.
- k) Em contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- l) A vedação de que trata o item alínea “a.5” estende-se a terceiro que auxilia a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- m) Não poderá participar, direta ou indiretamente, do certame ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo, na forma da legislação pertinente a modalidade da licitação para esta contratação será o PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo menor preço, visto tratar-se de serviços comuns nos termos do art. 6º e incisos X e XIII da Lei 14.133/2021, uma vez que as especificações adotadas são reconhecidas e usuais no mercado e indicam objetivamente os padrões de desempenho e qualidade dos serviços.

20.4 As quantidades estimadas dos serviços de lavagem e numeradas nos Anexos II e III não se constituem em obrigação para a Secretaria Municipal de Saúde, sendo elencadas com base no histórico de serviços realizados até a presente data.

20.5 A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes previstas neste Termo e demais documentos, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto. Ademais, a contratação do referido material deverá obedecer, no que couber, ao disposto na Lei nº 14.133/21.

20.6 Para que o objeto seja concretizado, é necessário o atendimento de alguns requisitos de acordo com as características deste, dentre eles os de qualidade e capacidade de execução pelo contratado, minimamente, os dispostos nos artigos 62, 66, 67, 68 e 69 da Lei n. 14.133/2021, bem como buscar aderência aos padrões do mercado.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

20.7 Referente ao cumprimento de prazos: A empresa contratada deve ser capaz de cumprir os prazos estabelecidos. Isso é essencial para garantir a realização do evento dentro do cronograma planejado.

20.8 Todos os materiais bem como os procedimentos relacionados a sua execução deverão estar de acordo com a legislação vigente e demais dispositivos legais.

20.9 Garantia

5.9.1 Considerando tratar-se de serviço contínuo de lavanderia hospitalar, remunerado por medição mensal do quantitativo efetivamente executado (kg processado), e a existência de mecanismos suficientes de mitigação de risco previstos no TR (SLA, rastreabilidade, glosas, reexecução sem ônus, sanções e rescisão por inexecução), a Administração opta, de forma motivada, pela não exigência de garantia contratual, por não se mostrar medida necessária nem proporcional à natureza e ao risco da contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.10 Subcontratação

5.10.1 Não será permitida a subcontratação de núcleo principal do objeto, compreendendo o processamento (lavagem, desinfecção, secagem, calandragem, dobragem, acabamento) das roupas hospitalares e a gestão e o fornecimento do enxoval em comodato (pool), incluindo controle de estoque, reposição e qualidade, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que a pesquisa de mercado demonstrou a existência de múltiplos fornecedores aptos a executar integralmente os serviços. A medida preserva a responsabilidade única pela execução, favorece a rastreabilidade operacional no controle de infecção e mostra-se mais vantajosa sob os aspectos técnico, sanitário e econômico, não configurando restrição indevida à competitividade.

5.10.2 Poderá ser admitida, mediante autorização prévia da Administração, subcontratação de parcelas estritamente acessórias, tais como serviços de manutenção de equipamentos e apoio logístico, até o limite de **10%** do valor contratual, desde que: não haja prejuízo à coordenação e ao controle direto da execução pela contratada e as subcontratadas cumpram integralmente as normas sanitárias, de biossegurança, trabalhistas e ambientais aplicáveis.

5.10.3 Essa restrição fundamenta-se no art. 122, §3º, da Lei nº 14.133/2021, que permite ao edital vedar ou limitar a subcontratação, considerando o interesse público, a natureza e relevância das parcelas envolvidas e a necessidade de assegurar a adequada execução do objeto.

6 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, “e”).

6.1. O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contado da assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente até o limite legal, desde que demonstrada a vantajosidade, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 6.2 A execução ocorrerá sob demanda da Administração, mediante ordens de serviço da fiscalização.
- 6.3 A CONTRATADA deverá possuir lavanderia própria ou sob sua responsabilidade, com capacidade técnico-operacional para o processamento integral do enxoval, incluindo desinfecção, higienização, acondicionamento e guarda, garantindo a integridade do enxoval disponibilizado em comodato operacional (pool), bem como realizar coleta e entrega por veículos adequados e higienizáveis.
- 6.4 Os serviços serão executados nas dependências da CONTRATADA, abrangendo processamento, controle e rastreabilidade por unidade e por lote.
- 6.5 O início da execução deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato.
- 6.5.1 A impossibilidade de início deverá ser formalmente justificada com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, ressalvados casos fortuitos ou de força maior.
- 6.6 A retirada do enxoval/roupas sujas nas unidades em até 12h do registro da solicitação, a partir das 17 horas, inclusive fins de semana/feriados quando demandado.
- 6.6.1 O prazo máximo entre a coleta do enxoval sujo e a devolução do enxoval limpo, rastreado e em condições de uso será de até 24 (vinte e quatro) horas.
- 6.6.2 O descumprimento do prazo estabelecido no subitem 6.6.1 sujeitará a CONTRATADA à glosa proporcional na medição do período afetado, sem prejuízo das demais sanções contratuais, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 6.6.3 Entrega e abrangência: entrega sob demanda nas unidades listadas no Anexo IV- Relação de Unidades, conforme requisições formais.
- 6.6.4 Local de execução e responsabilidade: processamento nas instalações da contratada, devidamente licenciadas, com responsabilidade integral por coleta, transporte, processamento e entrega, assegurando rastreabilidade e segregação sujo/limpo.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, "f").

- 7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 7.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

7.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6 Fiscalização:

7.6.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, o servidor Luana de Jesus Oliveira (Mat.121378-7) ou pelos respectivos substitutos.

7.6.2 A Secretaria definirá os servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, através de Portaria para tal finalidade, publicada na imprensa oficial.

7.6.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei nº 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

7.6.4 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.6.5 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

7.6.6 O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

7.6.7 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.6.8 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.6.9 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

7.7 Gestor do Contrato

7.7.1 Cabe ao gestor do contrato:



7.7.2 Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.7.3 Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.7.4 Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.7.5 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.7.6 Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.7.7 Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.7.8 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, “g”).

8.1 Recebimento:

8.1.1 Os serviços serão recebidos, de forma sumária, no ato da entrega do enxoval processado e rastreado, juntamente com a nota fiscal ou instrumento equivalente, pelo responsável pela fiscalização do contrato, para posterior verificação da conformidade com o Termo de Referência, a proposta e os registros de rastreabilidade do pool.

8.1.2 Na execução sob demanda, a CONTRATADA deverá realizar a coleta do enxoval/roupas sujas nas unidades de saúde do Município em até 12(doze) horas do registro formal da solicitação pela unidade demandante, a partir das 17 horas, inclusive sábados, domingos e feriados quando houver requisição.

8.1.3 O prazo máximo para devolução do enxoval processado, limpo e apto ao uso será de até 24 (vinte e quatro) horas, contadas da retirada, mediante registros auditáveis de data e hora. Os serviços serão



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

executados nas dependências da CONTRATADA, em instalações regularmente licenciadas, cabendo-lhe responsabilidade integral pela coleta, transporte, processamento, gestão do fluxo e entrega, com segregação sujo/limpo, rastreabilidade e manutenção operacional do pool (comodato operacional), sob fiscalização, medição e eventual glosa, nos termos do planejamento e da Lei nº 14.133/2021.

8.1.4 A medição dos serviços será realizada mensalmente, tomando-se por base o peso, em quilogramas (kg), efetivamente processado de roupas hospitalares para cada unidade de saúde atendida.

8.1.4.1 Em cada operação de recebimento de roupas sujas, a contratada deverá:

I – Proceder à pesagem por unidade de saúde, registrando o peso total em kg;

II – Emitir comprovante de recebimento (romaneio/ordem de serviço) contendo, no mínimo:

20.9.7.1 identificação da unidade de saúde;

20.9.7.2 data e horário da coleta;

20.9.7.3 peso bruto recebido (kg);

20.9.7.4 identificação do veículo e do responsável pela coleta;

20.9.7.5 assinatura ou identificação do servidor da unidade que acompanhou a coleta.

8.1.4.2 Após o processamento e antes da entrega, a contratada deverá:

I – Garantir a rastreabilidade entre os lotes coletados e os lotes entregues;

II – Disponibilizar à fiscalização relatórios que permitam confrontar as quantidades recebidas, processadas e entregues.

8.1.4.3 A medição mensal será consolidada pela contratada por meio de Relatório de Medição Mensal, que deverá conter, no mínimo:

I – Discriminação, por unidade de saúde, do total de quilogramas (kg) processados no período;

II – Número de coletas/entregas realizadas por unidade;

III – indicação de eventuais ocorrências (atrasos, recusas, não conformidades, serviços emergenciais);

IV – indicação do valor devido, mediante aplicação dos preços unitários contratados (R\$/kg), separados por unidade de saúde.

8.1.5 O Relatório de Medição Mensal deverá ser apresentado à fiscalização da contratante até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, acompanhado dos comprovantes de recebimento/coleta emitidos e de demais documentos que a fiscalização entender necessários.

8.1.6 A fiscalização procederá à conferência dos dados apresentados, podendo, a qualquer tempo:

I – Solicitar esclarecimentos e documentos complementares;

II – Proceder à recontagem amostral e à reconstituição de medições;

III – Glosar, total ou parcialmente, as quantidades e valores apresentados, quando constatadas divergências ou inconsistências.



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

8.1.7 A aprovação do Relatório de Medição Mensal pela fiscalização condiciona-se ao cumprimento dos níveis de serviço (SLAs) estabelecidos no Termo de Referência e não exime a contratada das responsabilidades por falhas, perdas, extravios ou descumprimentos contratuais identificados posteriormente.

8.1.8 As glosas decorrentes de não atendimento aos níveis de serviço; divergências de medição e perda/extravio de enxoval acima dos limites contratuais serão aplicadas sobre o valor mensal apurado, conforme critérios definidos na cláusula de sanções e penalidades, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

8.1.9 A emissão da nota fiscal pela contratada somente poderá ocorrer após a aprovação formal do Relatório de Medição Mensal pela fiscalização, devendo refletir exatamente os quantitativos e valores ali atestados.

8.1.10 Havendo controvérsia sobre a execução do objeto quanto à quantidade processada, qualidade sanitária, integridade do enxoval em comodato operacional (pool) ou dados de rastreabilidade, observar-se-á o art. 143 da Lei nº 14.133/2021, devendo a CONTRATADA emitir nota fiscal relativa à parcela incontroversa para fins de liquidação e pagamento.

8.1.11 O prazo destinado à correção de inconsistências na execução, nos registros de rastreabilidade ou no saneamento da nota fiscal não será computado para fins de recebimento definitivo.

8.1.12 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, sanitária e operacional da CONTRATADA pela qualidade do processamento, pela integridade do enxoval disponibilizado em comodato operacional (pool) e pela perfeita execução contratual.

8.2 Liquidação

8.2.10 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrão o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.2.11 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.12 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade;

8.2.13 A data da emissão; os dados do contrato e do órgão contratante; o período respectivo de execução do contrato; o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.14 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.2.15 Nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.16 Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.2.17 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo;

8.2.18 identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas

8.2.19 Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.2.20 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.2.21 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.2.22 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.3 Prazo de pagamento

8.3.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

8.4 Forma de pagamento

8.4.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.4.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.4.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.4.5 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele



regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.5 DISPOSIÇÕES GERAIS

8.5.1 Apresentar cópia do Manual de Procedimentos da Lavanderia, no ato da assinatura do Contrato, contendo todas as rotinas operacionais identificadas abaixo;

- a) Organograma da Empresa, quadro de pessoal, qualificação, atribuição e jornada de trabalho;
- b) Plano de gerenciamento de resíduos;
- d) Fluxograma de roupa na lavanderia

8.5.2 Declaração se responsabilizando pelo fornecimento e manutenção das balanças especificamente para verificação da entrega dos itens, quando identificada necessidade de manutenção pelo Certificado de Calibração ou quando notificado por fiscal de contrato por haver defeito nas mesmas que possa afetar a medição dos serviços, sem repasse de ônus a contratante;

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, “h”).

9.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade Pregão Eletrônico, por meio de disputa aberta, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço unitário.

9.2 Forma de Execução

9.2.1 A Contratada deverá possuir lavanderia própria para processamento de roupa, dotada de condições totais para suprir a necessidade: (desinfecção, higienização, acondicionamento e guarda de toda a roupa processada) de modo que garanta a qualidade dos serviços prestados, bem como a remoção e entrega da roupa por meio de veículos adequados.

9.2.2 A prestação dos serviços de lavanderia hospitalar realizar-se-á mediante a utilização das dependências da CONTRATADA, onde a roupa será processada. O prazo de início da execução dos serviços é de 05 (cinco) dias úteis, após a assinatura do contrato.

9.2.3 Caso não seja possível a execução na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

9.2.4 A execução contratual deverá observar integralmente os referenciais técnicos e sanitários aplicáveis ao processamento de roupas em serviços de saúde (Manual do MS e atualizações; normas/portarias vigentes da ANVISA, incluindo a RDC/Anvisa nº 06/2012 e correlatos), constituindo condição de conformidade do



objeto, nos termos da Lei nº 14.133/2021, com sujeição à fiscalização, medição e glosa por inexecução/execução irregular e demais sanções cabíveis.

9.3 Habilitação jurídica

9.3.1 Registro Comercial, no caso de empresa individual;

9.3.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

9.3.3 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.3.4 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.4 Regularidade fiscal, social e trabalhista

9.4.1 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.4.2 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;

9.4.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação de Certificado de Regularidade de Situação/CRF;

9.4.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com redação atualizada pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011;

9.4.5 Declaração assinada pelo representante legal da licitante, devidamente identificado de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso e insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo em condições de aprendiz, nos termos disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal’.

9.4.6 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

9.4.7 A verificação pelo Órgão responsável ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.5 Da Qualificação Técnica

9.5.1 Apresentação de Atestado(s) de capacidade técnica, conforme a seguir:

9.5.1.1 Comprovação de capacidade técnico-operacional: pelo menos 01 (um) atestado em nome da licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação.

a.1) O (s) atestado (s) deverá (ao) ser apresentado (s) constando as seguintes informações da emitente: papel timbrado, CNPJ, endereço, telefone, data de emissão, nome e cargo/função de quem assina o documento, bem como conter objeto, com a quantidade média de serviço de lavagem realizado por mês, atividades desenvolvidas e período da contratação.

a.2) Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da Concorrente ou pela própria Concorrente e/ou emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da Concorrente.

9.5.2 Alvará de Funcionamento da Sede da licitante, em plena validade. Na hipótese de inexistência de prazo, reputar-se-ão válidos por 12 (doze) meses, contados de sua expedição.

9.5.3 Declaração/Certidão ou documento equivalente de Vistoria e/ou Alvará da Vigilância Sanitária competente (Município e/ou Estado/Distrital) da Sede da licitante, em plena validade.

9.5.4 No caso de Declaração/Certidão ou documento equivalente de Vistoria na hipótese de inexistência desse prazo, reputar-se-ão válidos por 30 (trinta) dias, contados de sua expedição.

9.5.5 DECLARAÇÃO formal do participante que possui conhecimento dos documentos necessários para sua participação no certame e de que tomou conhecimento de todas as informações para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação;

9.5.6 Apresentação de POP'S (Procedimento Operacional Padrão) para a coleta, processamento e entrega das roupas;

9.5.7 Disposições Gerais da Habilitação

9.5.7.1 As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

9.5.7.2 A Administração se reserva o direito de promover quaisquer diligências que se façam necessárias a fim de verificar a veracidade e a precisão das informações fornecidas.

9.5.7.3 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Termo.

9.5.7.4 Os documentos referentes à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Qualificação Econômica e Financeira poderão ser substituídos pelo registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

do Governo Federal (SICAF), desde que apresentado dentro do prazo de validade, sendo necessário que os mesmos se encontrem listados no CRC, caso contrário, o licitante fica obrigado a apresentá-los.

9.5.7.5 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Termo, o licitante será declarado vencedor;

9.5.7.6 A regularidade dos documentos exigidos no subitem 9.4 e 9.5 será confirmada a autenticidade por meio de consulta “on-line”.

9.5.7.8 A licitante que deixar de atender às condições de habilitação contidas neste Termo, apresentar documento(s) incompleto(s), ilegível(is), com borrões, rasuras, entrelinhas, ou, ainda, com seus prazos de validade vencidos será inabilitada. Salvo o tratamento diferenciado às Micro e Pequenas Empresas no tratamento diferenciado da Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores, nas restrições relativas às certidões de regularidade fiscal e trabalhista.

9.5.7.9 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.5.10.1 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

9.5.10.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.5.10.3 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

- a) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- b) O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

c) Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

d) É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

9.5.10.4 A contratada deverá comprovar conter ainda os documentos a seguir relacionados:

e) declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

f) declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

g) declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação

9.6 Qualificação Econômico-Financeira

9.6.10 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II) e Certidão de Insolvência Civil Pessoa Jurídica.

9.6.11 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando; índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 01 (um);

9.6.11.4 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.6.11.5 Os documentos referidos acima limitar serão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois);

9.6.11.6 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital ECD ao SPED.

9.6.11.7 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC). Deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 1% (um por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente;

9.6.11.8 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133 de 2021, art. 65, § 1º);

9.6.11.9 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

9.6.11.10 A adoção de índices constitui instrumento relevante para a constatação da exequibilidade do objeto e não pode ser desconsiderada pela Administração, especialmente no tocante aos contratos de média e longa duração. Os índices estabelecidos atendem ao disposto no Art.69, da Lei 14.133/2021, pois permitem a comprovação da situação financeira da empresa de forma objetiva, através dos cálculos previstos e devidamente justificados, usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação, ao passo em que não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, eis que estabelecidos em patamares aceitáveis.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e sua proposta de preços, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.2 Executar devidamente os serviços descritos na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;

10.3 A CONTRATADA garantirá enxoval inicial de primeiro uso e, durante a execução, substituirá por novas as peças segregadas por desgaste/inservibilidade; realizará coleta de roupa suja no abrigo da unidade, em horários definidos pela CONTRATANTE, por empregado identificado e uniformizado, com transporte em veículos adequados; executará o ciclo completo de processamento (pesagem, segregação, pré-lavagem, lavagem, desinfecção, secagem, acabamento, dobragem e embalagem/identificação), assegurando eliminação de resíduos alergênicos/irritantes; não cobrará reprocessamentos; não faturará peças limpas que demandem reparo, as quais deverão ser costuradas e reprocessadas antes da liberação; manterá lavanderia própria com condições totais e equipe suficiente; fornecerá enxoval padronizado em quantidade adequada, ciente de que os quantitativos/pesos são referenciais, sem consumo mínimo, podendo variar; e aceitará supervisão da CCIH e da fiscalização contratual, com execução cuidadosa para evitar danos materiais, pessoais e ambientais.

10.4 A CONTRATADA deverá disponibilizar, instalar e manter, sem ônus para a CONTRATANTE e como encargo operacional indissociável da execução, os meios e equipamentos necessários à pesagem, acondicionamento, transporte interno e entrega do enxoval, assegurando rastreabilidade e adequada segregação, sob fiscalização e medição pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021. Inclui-se, no mínimo para cada Unidade saúde elencada no Anexo IV:

- h. carros/contêineres para entrega de roupa limpa nas dependências da CONTRATANTE;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- i. 01 balança digital tipo plataforma para pesagem de roupa suja e 01 balança digital tipo plataforma para pesagem de roupa limpa, ambas instaladas nas dependências da CONTRATANTE ou no transporte antes da coleta e na entrega;
- j. sacos plásticos descartáveis em cores distintas para retornos específicos (costura, descarte, relavagem e peças eventuais), com resistência compatível ao peso, diferentes dos sacos de resíduos de serviços de saúde;
- k. sacos para hamper em polietileno, com capacidade compatível ao suporte e identificação conforme legislação vigente, com no mínimo duas cores;
- l. carros para roupa suja com tampa fixa, laváveis, identificados, com dreno/eliminação de líquidos ou contêineres com rodízios, em volume compatível à demanda;
- m. carros para roupa limpa com tampa fixa, laváveis, identificados e mantidos fechados, para armazenamento/dispensação às unidades assistenciais;
- n. suportes para hamper de alta resistência, laváveis, com dimensões aproximadas de 50 cm de diâmetro e 80–90 cm de altura (estrutura tubular/inox), conforme necessidade do CONTRATANTE.

10.5 O fornecimento e a manutenção desses itens integram o escopo, sendo obrigatória a substituição em caso de avaria, insuficiência ou não conformidade.

10.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.7 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.7 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.8 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.9 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

10.11 Executar todas as obrigações assumidas com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;

10.12 Arcar com todas as despesas decorrentes da contratação, inclusive materiais de consumo e equipamentos utilizados para a prestação de serviços, bem como as despesas com insumos, materiais, transporte, deslocamento e mão-de-obra, encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do contrato, cabendo-lhe ainda a inteira responsabilidade (civil e penal), por quaisquer danos a terceiros, provenientes de negligência resultante da prestação do serviço.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 10.13 A CONTRATADA deverá colocar em serviço apenas empregado devidamente qualificado, selecionados e treinados para o perfeito desempenho dos trabalhos, devendo os mesmos apresentar-se, quando necessário, devidamente uniformizados e portando crachá de identificação.
- 10.14 Todas as despesas decorrentes da contratação, inclusive materiais de consumo e equipamentos, utilizados para prestação dos serviços serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, bem como as despesas com insumos, materiais, transporte, deslocamento e mão-de-obra, encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do contrato, cabendo-lhe, ainda, a inteira responsabilidade (civil e penal), por quaisquer danos a terceiros, provenientes de negligências resultante da prestação dos serviços.
- 10.15 A empresa deverá manter equipe técnica para manutenção preventiva e corretiva com de atendimento de no máximo 6 horas úteis após abertura de chamado; Substituição de equipamento com defeito deverá ocorrer em até 12 horas após a notificação.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.12 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no contrato;
- 11.13 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 11.14 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 11.15 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 11.16 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente a execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo e seus anexos;
- 11.17 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 11.18 O direito de paralisar ou suspender a qualquer momento a execução do contrato, caso haja qualquer infringência das normas legais ou procedimentos aplicados.

12. ESTIMATIVA DE VALOR (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, "I").

- 12.12 O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 6.314.817,00 (Seis milhões, trezentos e quatorze mil, oitocentos e dezessete reais). Os custos estimados da contratação foram apurados mediante cotação de preços com os fornecedores, contratos e atas de outros municípios e cotação no site do banco de preços, sendo analisado cada item de forma individual, buscando o lançamento mais próximo ao valor praticado no mercado. Alguns valores foram desconsiderados do cálculo devido à discrepância dos demais.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, “j”)

13.12 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos.

Descrição	Código	Nomenclatura
Órgão	10	Secretaria Municipal de Saúde
Unidade	1001	Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade	2061	Funcionamento dos serviços de atenção ambulatorial especializada em saúde
	2062	Funcionamento do serviço de referência a atenção especializada à saúde
	2063	Funcionamento dos serviços hospitalares
	2064	Funcionamento dos serviços de urgência e emergência em saúde
Elemento	33903900	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fontes de recursos	15001002	Recursos não vinculados de impostos destinados a despesas com ações e serviços públicos de saúde.
	16000000	Transferência Fundo a Fundo de Recursos provenientes do Governo.

14. REAJUSTE e REEQUILÍBRIO DO CONTRATO

14.1 Independentemente do prazo de duração do contrato utilizar-se-á como critério de reajuste o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, com data-base vinculada à assinatura do contrato.

14.2 A concessão do reajuste será realizada de ofício mediante apostilamento ao contrato.

14.3 Nos reajustes subseqüentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

14.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

14.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

14.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

14.9 Surgindo fato desencadeador ocorrido após a assinatura do contrato, que cause desequilíbrio decorrente de fato imprevisível, ou previsível, mas insuperável por mais diligente que tenha sido a respectiva parte; que o risco não se encontre entre aqueles que sejam atribuídos pela própria parte; que esse fator de desequilíbrio não decorra de ação culposa ainda que indireta do requerente; que o desequilíbrio afete as condições financeiras da proposta, pode o Contratante requer o reequilíbrio.

14.10 O prazo para a Contratante analisar e decidir sobre o pedido de reequilíbrio é de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, sendo que em caso de ultrapassar esses dias, caberá incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês mais a correção monetária sob o respectivo montante.

14.11 A exclusão do regime tributário do simples nacional por ato voluntário da contratada ou superação dos limites da receita bruta anual, que cuida o art. 30 da Lei Complementar nº 123/2006, não enseja o reequilíbrio econômico financeiro do contrato.

14.12 O reequilíbrio será realizado por Termo Aditivo.

15. DAS IRREGULARIDADES E DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 As sanções administrativas serão impostas fundamentadamente nos termos da Lei nº 14.133/2021, garantindo o direito à ampla defesa sem prejuízo das demais cominações legais previstas neste Termo de Referência, o licitante que:

- a) Se recusar a assinar o termo do contrato ou receber a nota de empenho;
- b) Inexecução total ou parcial da nota de empenho ou contrato;
- c) Deixar de entregar documentação exigida neste Termo de Referência;
- d) Apresentar documentação falsa;
- e) Ensejar o retardamento da execução do seu objeto;
- f) Não mantiver a proposta dentro do prazo de validade;
- g) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- h) Comportar-se de modo inidôneo;
- i) Fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;
- j) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas, enquanto durarem os fatos de impedimento, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

15.2. A pena de advertência poderá ser aplicada sempre que a administração entender que a(s) justificativa(s) de defesa atenua a responsabilidade da CONTRATADA e desde que não tenha havido prejuízo ao erário;

15.3. Pelo atraso injustificado, inexecução total ou parcial na prestação do serviço, a Prefeitura Municipal de



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Lauro de Freitas, através da Secretaria Municipal de Saúde, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à CONTRATADA as multas fixadas a seguir, sem prejuízo de outras sanções previstas neste termo de referência, no contrato, e demais legislações aplicáveis à espécie;

15.3.1. Multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) do valor do contrato, por dia de atraso do início de sua execução, até o limite máximo de 2% (dois por cento).

15.3.2. Multa compensatória de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, no caso de sua inexecução total ou parcial, ou ainda, pela recusa injustificada em assinar o contrato;

15.3.3. Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, no caso de descumprimento de qualquer outra obrigação pactuada;

15.4. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Secretaria Municipal de Saúde, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas nos itens previstos no tópico 15.3.2 e 15.3.3;

15.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas na Secretaria Municipal de Saúde, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência e das demais cominações legais;

15.6. As sanções previstas nos itens 15.1 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa;

15.7. O percentual de multa previsto no item 15.3.1 incidirá sobre o valor atualizado do contrato ou do item do contrato (nesse último caso, quando a licitação tenha sido julgada e adjudicada por item), tendo como fator de atualização o percentual da taxa SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia – que incidirá a partir da data em que ocorrer o fato, até o dia do efetivo pagamento da multa;

15.8. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o CONTRATADO pela sua diferença, que será descontada/compensada dos pagamentos eventualmente devidos pela administração. Efetuados esses descontos/compensações, caso ainda haja saldo devedor, ou inexistentes a garantia e/ou pagamentos devidos pela CONTRATANTE, o valor da multa aplicada deverá ser recolhido junto à agência do Banco do Bradesco, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da notificação, por meio de Guia de Recolhimento;



15.9. Na hipótese de não pagamento ou recolhimento referido no subitem imediatamente acima, os valores serão objeto de inscrição em dívida ativa e sua consequente cobrança pelos meios legais;

15.10. Independente da sanção aplicada, a inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar, ainda, a rescisão contratual, nos termos previstos na Lei nº 14.133/2021, bem como a incidência das consequências legais cabíveis, inclusive indenização por perdas e danos eventualmente causados à CONTRATANTE;

15.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021;

15.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

16.1 Os critérios de sustentabilidade para a contratação de empresa especializada em lavanderia hospitalar incluem a obrigatoriedade da utilização de produtos de limpeza biodegradáveis, devidamente certificados por órgãos ambientais competentes, a fim de minimizar o impacto ao meio ambiente. A contratada deverá adotar práticas que promovam o uso racional de água e energia, mediante o emprego de equipamentos eficientes e procedimentos de reutilização ou reaproveitamento de recursos hídricos sempre que tecnicamente viável.

16.2 Será exigida, ainda, a destinação adequada de resíduos sólidos provenientes do processo, com comprovação do descarte em local ambientalmente licenciado, bem como a capacitação dos colaboradores em boas práticas ambientais e no manejo correto de efluentes. Preferencialmente, os materiais utilizados deverão possuir selos de sustentabilidade, e a empresa deve apresentar plano de logística reversa para embalagens. Tais critérios visam garantir a redução dos impactos ambientais e o compromisso com a responsabilidade socioambiental.

16.3 A execução dos serviços deverá observar as diretrizes da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), incluindo o manejo, destinação e disposição final ambientalmente adequada dos resíduos gerados, bem como a adoção de procedimentos de logística reversa e uso de insumos de menor impacto ambiental, sempre que possível.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 A participante reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 e 139 da mesma Lei.

17.2 A Administração se reserva ao direito de contratar a quantidade informada, no todo ou em parte, de acordo com os itens e preços registrados, considerando as necessidades encontradas.

17.3 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.

Lauro de Freitas, 15 de abril de 2026.

Maurizio Matos Uchoa (mat - 121536)

Responsável técnico - Diretor de Urgência e Emergência

Superintendência de Atenção Especializada

Em virtude das atribuições que competem, submeto o presente Termo de Referência

à aprovação do Ordenador de Despesas.

Elba Brito Garcez de Sena

Secretária interina Municipal de Saúde



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO I – PLANILHA DE ESPECIFICAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	UF	QTDE/MENSAL
01	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM LAVANDERIA HOSPITALAR, INCLUINDO: LAVAGEM, SECAGEM, PASSAGEM E DOBRAGEM COM FORNECIMENTO DE MATERIAL.	kg	23.651

ANEXO II – ESPECIFICAÇÃO DO ENXOVAL EM COMODATO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA MÍNIMA (OBJETIVA)	UF	QTD
LENÇOL ADULTO	TECIDO HOSPITALAR 100% ALGODÃO OU MISTO EQUIVALENTE; ≥ 120 G/M ² (OU PADRÃO EQUIVALENTE); COR BRANCA; DIMENSÕES MÍN. 1,90x0,90 M; COSTURA REFORÇADA; BAINHA DUPLA; IDENTIFICAÇÃO PERMANENTE (SETOR/UNIDADE). NA COR BRANCA. LOGOMARCA (ARTE) DO ÓRGÃO SOLICITANTE COM TINTA RESISTENTE AO PROCESSO DE LAVANDERIA HOSPITALAR, NO TAMANHO 10CMX10CM, COLORIDA, DISPOSTA NO CENTRO DA PEÇA.	UN	730
LENÇOL PEDIÁTRICO	TECIDO HOSPITALAR 100% ALGODÃO OU EQUIVALENTE; ≥ 120 G/M ² ; BRANCA; DIMENSÕES MÍN. 1,40x0,70 M; COSTURA REFORÇADA; IDENTIFICAÇÃO PERMANENTE. NA COR BRANCA. LOGOMARCA (ARTE) DO ÓRGÃO SOLICITANTE COM TINTA RESISTENTE AO PROCESSO DE LAVANDERIA HOSPITALAR, NO TAMANHO 10CMX10CM, COLORIDA, DISPOSTA NO CENTRO DA PEÇA.	UN	180
LENÇOL DE MACA	TECIDO HOSPITALAR; ≥ 120 G/M ² ; BRANCA; DIMENSÕES MÍN. 2,00x0,80 M (OU COMPATÍVEL COM MACAS DO MUNICÍPIO); BAINHA DUPLA; COSTURA REFORÇADA; IDENTIFICAÇÃO PERMANENTE. NA COR BRANCA. LOGOMARCA (ARTE) DO ÓRGÃO SOLICITANTE COM TINTA RESISTENTE AO PROCESSO DE LAVANDERIA HOSPITALAR, NO TAMANHO 10CMX10CM, COLORIDA, DISPOSTA NO CENTRO DA PEÇA.	UN	470



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA MÍNIMA (OBJETIVA)	UF	QTD
FRONHA	TECIDO HOSPITALAR; ≥ 120 G/M ² ; BRANCA; DIMENSÕES MÍN. 70x50 CM; FECHAMENTO TIPO ENVELOPE; COSTURA REFORÇADA; IDENTIFICAÇÃO. NA COR BRANCA. LOGOMARCA (ARTE) DO ÓRGÃO SOLICITANTE COM TINTA RESISTENTE AO PROCESSO DE LAVANDERIA HOSPITALAR, NO TAMANHO 10CMX10CM, COLORIDA, DISPOSTA NO CENTRO DA PEÇA.	UN	470
COBERTOR	MATERIAL ANTIALÉRGICO (POLIÉSTER/ACRÍLICO HOSPITALAR OU EQUIVALENTE); GRAMATURA ≥ 300 G/M ² ; LAVÁVEL EM PROCESSO INDUSTRIAL; DIMENSÕES MÍN. 1,80x1,50 M; ACABAMENTO ANTI-DESMIAMENTO; IDENTIFICAÇÃO. NA COR BRANCA. LOGOMARCA (ARTE) DO ÓRGÃO SOLICITANTE COM TINTA RESISTENTE AO PROCESSO DE LAVANDERIA HOSPITALAR, NO TAMANHO 10CMX10CM, COLORIDA, DISPOSTA NO CENTRO DA PEÇA.	UN	670
TOALHA DE BANHO	ATOALHADO 100% ALGODÃO OU EQUIVALENTE HOSPITALAR; GRAMATURA ≥ 400 G/M ² ; DIMENSÕES MÍN. 1,30x0,70 M; ALTA ABSORÇÃO; BAINHA REFORÇADA; NA COR BRANCA. LOGOMARCA (ARTE) DO ÓRGÃO SOLICITANTE COM TINTA RESISTENTE AO PROCESSO DE LAVANDERIA HOSPITALAR, NO TAMANHO 10CMX10CM, COLORIDA, DISPOSTA POR TODA A PARTE SUPERFÍCIE DA PEÇA.	UN	730
CAMISOLA ADULTO M	TECIDO HOSPITALAR; ≥ 120 G/M ² ; MODELO ASSISTENCIAL (ABERTURA CONFORME PROTOCOLO DA REDE); MANGAS CURTAS; COSTURAS REFORÇADAS; IDENTIFICAÇÃO; TAMANHO M PADRONIZADO. NA COR BRANCA. LOGOMARCA (ARTE) DO ÓRGÃO SOLICITANTE COM TINTA RESISTENTE AO PROCESSO DE LAVANDERIA HOSPITALAR, NO TAMANHO 10CMX10CM, COLORIDA, DISPOSTA NO CENTRO DA PEÇA.	UN	145
CAMISOLA ADULTO G	TECIDO HOSPITALAR; ≥ 120 G/M ² ; MODELO ASSISTENCIAL (ABERTURA CONFORME PROTOCOLO DA REDE); MANGAS CURTAS; COSTURAS REFORÇADAS; IDENTIFICAÇÃO, TAMANHO G. NA COR BRANCA. LOGOMARCA (ARTE) DO ÓRGÃO SOLICITANTE COM	UN	160



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA MÍNIMA (OBJETIVA)	UF	QTD
	TINTA RESISTENTE AO PROCESSO DE LAVANDERIA HOSPITALAR, NO TAMANHO 10CMX10CM, COLORIDA, DISPOSTA NO CENTRO DA PEÇA.		
CAMISOLA ADULTO GG	TECIDO HOSPITALAR; ≥ 120 G/M ² ; MODELO ASSISTENCIAL (ABERTURA CONFORME PROTOCOLO DA REDE); MANGAS CURTAS; COSTURAS REFORÇADAS; IDENTIFICAÇÃO, TAMANHO GG. NA COR BRANCA. LOGOMARCA (ARTE) DO ÓRGÃO SOLICITANTE COM TINTA RESISTENTE AO PROCESSO DE LAVANDERIA HOSPITALAR, NO TAMANHO 10CMX10CM, COLORIDA, DISPOSTA NO CENTRO DA PEÇA.	UN	150
CAMISOLA PEDIÁTRICA	TECIDO HOSPITALAR; ≥ 120 G/M ² ; MODELAGEM PEDIÁTRICA; ACABAMENTO REFORÇADO; IDENTIFICAÇÃO. NA COR BRANCA. LOGOMARCA (ARTE) DO ÓRGÃO SOLICITANTE COM TINTA RESISTENTE AO PROCESSO DE LAVANDERIA HOSPITALAR, NO TAMANHO 10CMX10CM, COLORIDA, DISPOSTA NO CENTRO DA PEÇA.	UN	80
PIJAMA ADULTO	CONJUNTO BLUSA+CALÇA; TECIDO HOSPITALAR ≥ 120 G/M ² ; ELÁSTICO EMBUTIDO NA CINTURA; COSTURA REFORÇADA; IDENTIFICAÇÃO; TAMANHOS CONFORME GRADE DO MUNICÍPIO.	CONJ	570
PIJAMA PEDIÁTRICO	CONJUNTO BLUSA+CALÇA; TECIDO HOSPITALAR ≥ 120 G/M ² ; MODELAGEM PEDIÁTRICA; COSTURA REFORÇADA; IDENTIFICAÇÃO.	CONJ	100
ROUPA PRIVATIVA M	CONJUNTO PRIVATIVO (SCRUB) BLUSA+CALÇA; TECIDO MISTO HOSPITALAR (ALGODÃO/POLIÉSTER OU EQUIVALENTE); ≥ 120 G/M ² ; COR PADRONIZADA PELA ADMINISTRAÇÃO; COSTURA REFORÇADA; IDENTIFICAÇÃO; TAMANHO M.	CONJ	212
ROUPA PRIVATIVA G	CONJUNTO PRIVATIVO (SCRUB) BLUSA+CALÇA; TECIDO MISTO HOSPITALAR (ALGODÃO/POLIÉSTER OU EQUIVALENTE); ≥ 120 G/M ² ; COR PADRONIZADA PELA ADMINISTRAÇÃO; COSTURA REFORÇADA; IDENTIFICAÇÃO, TAMANHO G.	CONJ	444



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA MÍNIMA (OBJETIVA)	UF	QTD
ROUPA PRIVATIVA GG	CONJUNTO PRIVATIVO (SCRUB) BLUSA+CALÇA; TECIDO MISTO HOSPITALAR (ALGODÃO/POLIÉSTER OU EQUIVALENTE); ≥120 G/M²; COR PADRONIZADA PELA ADMINISTRAÇÃO; COSTURA REFORÇADA; IDENTIFICAÇÃO, TAMANHO GG.	CONJ	444
CAMPO CIRÚRGICO DUPLO 150×150	CAMPO DUPLO; TECIDO HOSPITALAR ADEQUADO A ESTERILIZAÇÃO (ALGODÃO CIRÚRGICO OU EQUIVALENTE REUTILIZÁVEL); DIMENSÕES 150×150 CM; COSTURA REFORÇADA; IDENTIFICAÇÃO. LOGOMARCA DA INSTITUIÇÃO.	UN	300
CAMPO FENESTRADO 50×50	CAMPO COM FENESTRA CENTRAL REFORÇADA; DIMENSÕES 50×50 CM; TECIDO COMPATÍVEL COM ESTERILIZAÇÃO; COSTURA REFORÇADA; IDENTIFICAÇÃO. LOGOMARCA DA INSTITUIÇÃO.	UN	600
CAMPO SIMPLES	TECIDO HOSPITALAR COMPATÍVEL COM ESTERILIZAÇÃO; DIMENSÕES CONFORME PADRONIZAÇÃO DA REDE; BAINHA DUPLA; IDENTIFICAÇÃO. LOGOMARCA DA INSTITUIÇÃO.	UN	600
CAPOTE CIRÚRGICO	CAPOTE REUTILIZÁVEL; TECIDO COM BARREIRA MICROBIANA COMPATÍVEL COM ESTERILIZAÇÃO; MANGAS LONGAS COM PUNHO; AMARRAÇÃO POSTERIOR; COSTURA REFORÇADA; IDENTIFICAÇÃO. LOGOMARCA DA INSTITUIÇÃO.	UN	300
MANTA CIRÚRGICA 100×100	TECIDO HOSPITALAR COMPATÍVEL COM ESTERILIZAÇÃO; DIMENSÕES 100×100 CM; COSTURA REFORÇADA; IDENTIFICAÇÃO. LOGOMARCA DA INSTITUIÇÃO.	UN	300
MANTA CIRÚRGICA 120×120	TECIDO HOSPITALAR COMPATÍVEL COM ESTERILIZAÇÃO; DIMENSÕES 120×120 CM; COSTURA REFORÇADA; IDENTIFICAÇÃO. LOGOMARCA DA INSTITUIÇÃO.	UN	300

ANEXO III- DESCRIÇÃO DE ENXOVAL POR UNIDADE

Item	UM	UPA DE ITINGA	UPA PEDIÁTRICA	PA AREIA BRANCA	NELSON BARROS	SAMU	HOSPITAL JORGE NOVIS
Lençol adulto	UN	170		60	80	60	360



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Lençol pediátrico	UN		70		40		40
Lençol de maca	UN	95	50	45	80		200
Fronha	UN	95	50	45	80		200
Cobertor	UN	95	50	45	80		400
Toalha de banho	UN	100	50	35	85	60	400
Camisola adulto M	UN	25		10	10		100
Camisola adulto G	UN	35		20	30		75
Camisola adulto GG	UN	50		20	30		50
Camisola pediátrica	UN		40				40
Pijama adulto	CONJ	100		50	60		360
Pijama pediátrico	CONJ		40		20		40
Roupa privativa M	CONJ	60	30	20	50	2	50
Roupa privativa G	CONJ	140	50	40	135	4	75
Roupa privativa GG	CONJ	140	50	40	135	4	75
Campo cirúrgico duplo 150×150	UN						300
Campo fenestrado 50×50	UN						600
Campo simples	UN						600
Capote cirúrgico	UN						300
Manta cirúrgica 100×100	UN						300
Manta cirúrgica 120×120	UN						300

ANEXO IV – RELAÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE

N. de ordem	Unidades de Pronto Atendimento 24h	Endereço	Necessidade do serviço
01	UPA de Itinga(compartilhado)	RUA SAO CRISTOVAO S/N – ITINGA	Todos os dias da semana, 24h por dia.
	UPA Pediátrica(compartilhado)	RUA SAO CRISTOVAO S/N – ITINGA	
02	PA Nelson Barros	RUA EUVALDO SANTOS LEITE, S/N - CENTRO	
03	PA Areia Branca	RUA 02 DE JULHO DIRETA SN – AREIA BRANCA	



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

04	SAMU	AV. SANTOS DUMONT (ESTRADA DO COCO), KM 2,5, LAURO DE FREITAS - BA	
05	Hospital Jorge Novis	LARGO DO CARANGUEJO S/N - ITINGA	Segunda à Sexta das 08:00 às 18:00 horas

Lauro de Freitas, 13 de abril de 2026.

Maurizio Matos Uchoa (mat. - 121536)

Responsável técnico - Diretor de Urgência e Emergência

Superintendência de Atenção Especializada



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo – As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

LAURO DE FREITAS/BA, ____ de _____ de ____.

AGENTE PÚBLICO

(Esse campo deverá ser preenchido pela municipalidade após adjudicação)

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO

Para a execução deste instrumento jurídico, a CONTRATADA, por meio de seu representante, declara não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como os ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente aos órgãos na linha hierárquica da área encarregada da contratação.

LAURO DE FREITAS/BA, ____ de ____ de ____.

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO IV

DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO

ART. 63, inciso I e § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Considerando o inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que atendemos aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Considerando o disposto no § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS, sob pena de desclassificação, que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

LAURO DE FREITAS/BA, ____ de _____ de _____.

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO V
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

DADOS DA LICITAÇÃO					
PREGÃO Nº 025/2026	PROCESSO Nº		OBJETO		
DADOS DA EMPRESA					
RAZÃO SOCIAL					
CNPJ		INSCRIÇÃO ESTADUAL			
ENDEREÇO					
TELEFONE			E-MAIL		
DADOS DO RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DO CONTRATO					
NOME					
RG		ÓRGÃO EXPEDIDOR		CPF	
DETALHAMENTO DO LOTE					
ITE M	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL:					

OBSERVAÇÕES:

1 - Proposta de Preços em papel timbrado do licitante.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO VI
MINUTA DO CONTRATO

Termo de Contrato celebrado entre o **MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS/BA**, por meio do _____
[*órgão da Administração Direta*], ou a (o) _____ [*entidade da Administração Indireta*], como
CONTRATANTE, e a _____, como **CONTRATADA**, para _____
[*prestação de serviços/fornecimento contínuo*] na forma abaixo.

O **MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS, ESTADO DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 13.927.819/0001-40, com sede no Centro Administrativo de Lauro de Freitas – CALF, situado na **Avenida Brigadeiro Alberto Costa Matos, S/N, ARACUI, Lauro de Freitas/BA, CEP:42.702-010**, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. _____**, brasileiro, portador do RG n.º _____, inscrito no CPF sob n.º _____, nos termos do Decreto Municipal n. 5.445/2025, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, do outro lado, a empresa _____ inscrita no CNPJ sob o n.º _____, estabelecida na _____, representada neste ato por seu representante legal _____, denominado **CONTRATADO**, têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2026**, realizado por meio do **Processo Administrativo nº 04641/2026**, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1.1. Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990**, **Decreto Municipal nº 5.444/2025** e suas alterações, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da CONTRATADA e pelas disposições deste Contrato. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavanderia hospitalar, compreendendo o processamento de roupas hospitalares (coleta, transporte interno e externo, classificação, lavagem, secagem, calandragem, dobragem, acabamento, separação, embalagem e distribuição), com fornecimento de enxoval hospitalar em regime de comodato operacional (pool), sob demanda e com medição por quilograma efetivamente processado para atendimento das unidades de saúde de Lauro de Freitas/BA, em atendimento à Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência e seus anexos (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 025/2026), na forma abaixo descrita:

Parágrafo Único – O objeto do Contrato será executado com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no processo administrativo nº



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

04641/2026, no Termo de Referência, em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE, bem como nas normas técnicas para a execução dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

3.1. O valor total do presente Contrato é de R\$ _____ (por extenso), conforme tabela abaixo:

CLÁUSULA QUARTA – MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento:

4.1. Os serviços serão recebidos, de forma sumária, no ato da entrega do enxoval processado e rastreado, juntamente com a nota fiscal ou instrumento equivalente, pelo responsável pela fiscalização do contrato, para posterior verificação da conformidade com o Termo de Referência, a proposta e os registros de rastreabilidade do pool.

4.2. Na execução sob demanda, a CONTRATADA deverá realizar a coleta do enxoval/roupas sujas nas unidades de saúde do Município em até 12(doze) horas do registro formal da solicitação pela unidade demandante, a partir das 17 horas, inclusive sábados, domingos e feriados quando houver requisição.

4.3. O prazo máximo para devolução do enxoval processado, limpo e apto ao uso será de até 24 (vinte e quatro) horas, contadas da retirada, mediante registros auditáveis de data e hora. Os serviços serão executados nas dependências da CONTRATADA, em instalações regularmente licenciadas, cabendo-lhe responsabilidade integral pela coleta, transporte, processamento, gestão do fluxo e entrega, com segregação sujo/limpo, rastreabilidade e manutenção operacional do pool (comodato operacional), sob fiscalização, medição e eventual glosa, nos termos do planejamento e da Lei nº 14.133/2021.

4.4. A medição dos serviços será realizada mensalmente, tomando-se por base o peso, em quilogramas (kg), efetivamente processado de roupas hospitalares para cada unidade de saúde atendida.

4.5. Em cada operação de recebimento de roupas sujas, a contratada deverá:

I – Proceder à pesagem por unidade de saúde, registrando o peso total em kg;

II – Emitir comprovante de recebimento (romaneio/ordem de serviço) contendo, no mínimo:

- identificação da unidade de saúde;
- data e horário da coleta;
- peso bruto recebido (kg);
- identificação do veículo e do responsável pela coleta;
- assinatura ou identificação do servidor da unidade que acompanhou a coleta.

4.6. Após o processamento e antes da entrega, a contratada deverá:



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- I – Garantir a rastreabilidade entre os lotes coletados e os lotes entregues;
- II – Disponibilizar à fiscalização relatórios que permitam confrontar as quantidades recebidas, processadas e entregues.
- 4.7. A medição mensal será consolidada pela contratada por meio de Relatório de Medição Mensal, que deverá conter, no mínimo:
- I – Discriminação, por unidade de saúde, do total de quilogramas (kg) processados no período;
- II – Número de coletas/entregas realizadas por unidade;
- III – indicação de eventuais ocorrências (atrasos, recusas, não conformidades, serviços emergenciais);
- IV – indicação do valor devido, mediante aplicação dos preços unitários contratados (R\$/kg), separados por unidade de saúde.
- 4.8. O Relatório de Medição Mensal deverá ser apresentado à fiscalização da contratante até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, acompanhado dos comprovantes de recebimento/coleta emitidos e de demais documentos que a fiscalização entender necessários.
- 4.9. A fiscalização procederá à conferência dos dados apresentados, podendo, a qualquer tempo:
- I – Solicitar esclarecimentos e documentos complementares;
- II – Proceder à recontagem amostral e à reconstituição de medições;
- III – Glosar, total ou parcialmente, as quantidades e valores apresentados, quando constatadas divergências ou inconsistências.
- 4.10. A aprovação do Relatório de Medição Mensal pela fiscalização condiciona-se ao cumprimento dos níveis de serviço (SLAs) estabelecidos no Termo de Referência e não exime a contratada das responsabilidades por falhas, perdas, extravios ou descumprimentos contratuais identificados posteriormente.
- 4.11. As glosas decorrentes de não atendimento aos níveis de serviço; divergências de medição e perda/extravio de enxoval acima dos limites contratuais serão aplicadas sobre o valor mensal apurado, conforme critérios definidos na cláusula de sanções e penalidades, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
- 4.12. A emissão da nota fiscal pela contratada somente poderá ocorrer após a aprovação formal do Relatório de Medição Mensal pela fiscalização, devendo refletir exatamente os quantitativos e valores ali atestados.
- 4.13. Havendo controvérsia sobre a execução do objeto quanto à quantidade processada, qualidade sanitária, integridade do enxoval em comodato operacional (pool) ou dados de rastreabilidade, observar-se-á o art. 143 da Lei nº 14.133/2021, devendo a CONTRATADA emitir nota fiscal relativa à parcela incontroversa para fins de liquidação e pagamento.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 4.14. O prazo destinado à correção de inconsistências na execução, nos registros de rastreabilidade ou no saneamento da nota fiscal não será computado para fins de recebimento definitivo.
- 4.15. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, sanitária e operacional da CONTRATADA pela qualidade do processamento, pela integridade do enxoval disponibilizado em comodato operacional (pool) e pela perfeita execução contratual.

Liquidação

- 4.16. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrão o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
- 4.17. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.18. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) o prazo de validade;
 - b) data da emissão;
 - c) os dados do contrato e do órgão contratante;
 - d) o período respectivo de execução do contrato;
 - e) o valor a pagar;
 - f) e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 4.19. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 4.20. Nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.21. Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo;
 - identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 4.22. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 4.23. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 4.24. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 4.25. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 4.26. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

Forma de pagamento

- 4.27. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 4.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 4.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 4.30. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.31. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

- 5.1 Independentemente do prazo de duração do contrato utilizar-se-á como critério de reajuste o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, com data-base vinculada à assinatura do contrato.
- 5.2 A concessão do reajuste será realizada de ofício mediante apostilamento ao contrato.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 5.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 5.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 5.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;
- 5.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 5.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 5.8 O reajuste será realizado por apostilamento.
- 5.9 Surgindo fato desencadeador ocorrido após a assinatura do contrato, que cause desequilíbrio decorrente de fato imprevisível, ou previsível, mas insuperável por mais diligente que tenha sido a respectiva parte; que o risco não se encontre entre aqueles que sejam atribuídos pela própria parte; que esse fator de desequilíbrio não decorra de ação culposa ainda que indireta do requerente; que o desequilíbrio afete as condições financeiras da proposta, pode o Contratante requer o reequilíbrio.
- 5.10 O prazo para a Contratante analisar e decidir sobre o pedido de reequilíbrio é de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, sendo que em caso de ultrapassar esses dias, caberá incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês mais a correção monetária sob o respectivo montante.
- 5.11 A exclusão do regime tributário do simples nacional por ato voluntário da contratada ou superação dos limites da receita bruta anual, que cuida o art. 30 da Lei Complementar nº 123/2006, não enseja o reequilíbrio econômico financeiro do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO–FINANCEIRO

6.1. Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico–financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 60 (sessenta) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido

6.2 O reequilíbrio será realizado por Termo Aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

7.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

DA FISCALIZAÇÃO

7.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, o servidor Luana de Jesus Oliveira (Mat.121378-7) ou pelos respectivos substitutos.

7.7 A Secretaria definirá os servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, através de Portaria para tal finalidade, publicada na imprensa oficial.

7.8 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei nº 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

7.9 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.10 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

7.11 O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

7.12 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

7.13 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.14 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

GESTOR DO CONTRATO

7.15 Cabe ao gestor do contrato:

7.15.1 Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.15.2 Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.15.3 Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.15.4 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.15.5 Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.15.6 Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.15.7 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

CLÁUSULA OITAVA –FORMA DE EXECUÇÃO



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 8.1. A forma de execução dos serviços objeto do presente contrato, obedecerá ao Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 025/2026).
- 8.2. A execução ocorrerá sob demanda da Administração, mediante ordens de serviço da fiscalização.
- 8.3. A CONTRATADA deverá possuir lavanderia própria ou sob sua responsabilidade, com capacidade técnico-operacional para o processamento integral do enxoval, incluindo desinfecção, higienização, acondicionamento e guarda, garantindo a integridade do enxoval disponibilizado em comodato operacional (pool), bem como realizar coleta e entrega por veículos adequados e higienizáveis.
- 8.4. Os serviços serão executados nas dependências da CONTRATADA, abrangendo processamento, controle e rastreabilidade por unidade e por lote.
- 8.5. O início da execução deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato.
- 8.6. A impossibilidade de início deverá ser formalmente justificada com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, ressalvados casos fortuitos ou de força maior.
- 8.7. A retirada do enxoval/roupas sujas nas unidades em até 12h do registro da solicitação, a partir das 17 horas, inclusive fins de semana/feriados quando demandado.
- 8.8. O prazo máximo entre a coleta do enxoval sujo e a devolução do enxoval limpo, rastreado e em condições de uso será de até 24 (vinte e quatro) horas.
- 8.9. O descumprimento do prazo estabelecido no subitem 8.7 sujeitará a CONTRATADA à glosa proporcional na medição do período afetado, sem prejuízo das demais sanções contratuais, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 8.10. Entrega e abrangência: entrega sob demanda nas unidades listadas no Anexo IV- Relação de Unidades, conforme requisições formais.
- 8.11. Local de execução e responsabilidade: processamento nas instalações da contratada, devidamente licenciadas, com responsabilidade integral por coleta, transporte, processamento e entrega, assegurando rastreabilidade e segregação sujo/limpo.
- 8.12. Apresentar cópia do Manual de Procedimentos da Lavanderia, no ato da assinatura do Contrato, contendo todas as rotinas operacionais identificadas abaixo;
- a) Organograma da Empresa, quadro de pessoal, qualificação, atribuição e jornada de trabalho;
 - b) Plano de gerenciamento de resíduos;
 - d) Fluxograma de roupa na lavanderia
- 8.13. Declaração se responsabilizando pelo fornecimento e manutenção das balanças especificamente para verificação da entrega dos itens, quando identificada necessidade de manutenção pelo Certificado de Calibração ou quando notificado por fiscal de contrato por haver defeito nas mesmas que possa afetar a medição dos serviços, sem repasse de ônus a contratante;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 8.14. Contratada deverá possuir lavanderia própria para processamento de roupa, dotada de condições totais para suprir a necessidade: (desinfecção, higienização, acondicionamento e guarda de toda a roupa processada) de modo que garanta a qualidade dos serviços prestados, bem como a remoção e entrega da roupa por meio de veículos adequados.
- 8.15. . A prestação dos serviços de lavanderia hospitalar realizar-se-á mediante a utilização das dependências da CONTRATADA, onde a roupa será processada. O prazo de início da execução dos serviços é de 05 (cinco) dias úteis, após a assinatura do contrato.
- 8.16. Caso não seja possível a execução na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 8.17. A execução contratual deverá observar integralmente os referenciais técnicos e sanitários aplicáveis ao processamento de roupas em serviços de saúde (Manual do MS e atualizações; normas/portarias vigentes da ANVISA, incluindo a RDC/Anvisa nº 06/2012 e correlatos), constituindo condição de conformidade do objeto, nos termos da Lei nº 14.133/2021, com sujeição à fiscalização, medição e glosa por inexecução/execução irregular e demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

9.1 A contratação terá vigência de 12 meses, admitida prorrogação sucessiva, por interesse público devidamente motivado, nos termos da Lei nº 14.133/2021, condicionada à vantajosidade, manutenção das condições de habilitação e desempenho satisfatório na execução.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e sua proposta de preços, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 10.2 Executar devidamente os serviços descritos na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;
- 10.3 A CONTRATADA garantirá enxoval inicial de primeiro uso e, durante a execução, substituirá por novas as peças segregadas por desgaste/inservibilidade; realizará coleta de roupa suja no abrigo da unidade, em horários definidos pela CONTRATANTE, por empregado identificado e uniformizado, com transporte em veículos adequados; executará o ciclo completo de processamento (pesagem, segregação, pré-lavagem, lavagem, desinfecção, secagem, acabamento, dobragem e embalagem/identificação), assegurando eliminação de resíduos alergênicos/irritantes; não cobrará reprocessamentos; não faturará peças limpas que demandem reparo, as quais deverão ser costuradas e reprocessadas antes da liberação;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

manterá lavanderia própria com condições totais e equipe suficiente; fornecerá enxoval padronizado em quantidade adequada, ciente de que os quantitativos/pesos são referenciais, sem consumo mínimo, podendo variar; e aceitará supervisão da CCIH e da fiscalização contratual, com execução cuidadosa para evitar danos materiais, pessoais e ambientais.

10.4 A CONTRATADA deverá disponibilizar, instalar e manter, sem ônus para a CONTRATANTE e como encargo operacional indissociável da execução, os meios e equipamentos necessários à pesagem, acondicionamento, transporte interno e entrega do enxoval, assegurando rastreabilidade e adequada segregação, sob fiscalização e medição pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021. Inclui-se, no mínimo para cada Unidade saúde elencada no Anexo IV do Termo de Referência:

- a) carros/contêineres para entrega de roupa limpa nas dependências da CONTRATANTE;
- b) 1 balança digital tipo plataforma para pesagem de roupa suja e 01 balança digital tipo plataforma para pesagem de roupa limpa, ambas instaladas nas dependências da CONTRATANTE ou no transporte antes da coleta e na entrega;
- c) sacos plásticos descartáveis em cores distintas para retornos específicos (costura, descarte, relavagem e peças eventuais), com resistência compatível ao peso, diferentes dos sacos de resíduos de serviços de saúde;
- d) sacos para hamper em polietileno, com capacidade compatível ao suporte e identificação conforme legislação vigente, com no mínimo duas cores;
- e) carros para roupa suja com tampa fixa, laváveis, identificados, com dreno/eliminação de líquidos ou contêineres com rodízios, em volume compatível à demanda;
- f) carros para roupa limpa com tampa fixa, laváveis, identificados e mantidos fechados, para armazenamento/dispensação às unidades assistenciais;
- g) suportes para hamper de alta resistência, laváveis, com dimensões aproximadas de 50 cm de diâmetro e 80–90 cm de altura (estrutura tubular/inox), conforme necessidade do CONTRATANTE.

10.5 O fornecimento e a manutenção desses itens integram o escopo, sendo obrigatória a substituição em caso de avaria, insuficiência ou não conformidade.

10.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.7 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.8 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 10.9 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.10 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 10.11 Executar todas as obrigações assumidas com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;
- 10.12 Arcar com todas as despesas decorrentes da contratação, inclusive materiais de consumo e equipamentos utilizados para a prestação de serviços, bem como as despesas com insumos, materiais, transporte, deslocamento e mão-de-obra, encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do contrato, cabendo-lhe ainda a inteira responsabilidade (civil e penal), por quaisquer danos a terceiros, provenientes de negligência resultante da prestação do serviço.
- 10.13 A CONTRATADA deverá colocar em serviço apenas empregado devidamente qualificado, selecionados e treinados para o perfeito desempenho dos trabalhos, devendo os mesmos apresentar-se, quando necessário, devidamente uniformizados e portando crachá de identificação.
- 10.14 Todas as despesas decorrentes da contratação, inclusive materiais de consumo e equipamentos, utilizados para prestação dos serviços serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, bem como as despesas com insumos, materiais, transporte, deslocamento e mão-de-obra, encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do contrato, cabendo-lhe, ainda, a inteira responsabilidade (civil e penal), por quaisquer danos a terceiros, provenientes de negligências resultante da prestação dos serviços.
- 10.15 A empresa deverá manter equipe técnica para manutenção preventiva e corretiva com de atendimento de no máximo 6 horas úteis após abertura de chamado; Substituição de equipamento com defeito deverá ocorrer em até 12 horas após a notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no contrato;
- 11.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 11.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 11.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 11.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente a execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo e seus anexos;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

11.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11.7 O direito de paralisar ou suspender a qualquer momento a execução do contrato, caso haja qualquer infringência das normas legais ou procedimentos aplicados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos.

Descrição	Código	Nomenclatura
Órgão	10	Secretaria Municipal de Saúde
Unidade	1001	Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade	2061	Funcionamento dos serviços de atenção ambulatorial especializada em saúde
	2062	Funcionamento do serviço de referência a atenção especializada à saúde
	2063	Funcionamento dos serviços hospitalares
	2064	Funcionamento dos serviços de urgência e emergência em saúde
Elemento	33903900	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fontes de recursos	15001002	Recursos não vinculados de impostos destinados a despesas com ações e serviços públicos de saúde.
	16000000	Transferência Fundo a Fundo de Recursos provenientes do Governo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

13.1. Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

14.1. É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima do Termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei); impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima do Termo, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º (art. 156, §5º, da Lei), impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;
- d) **Multa:**
 - (1) moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor do contrato;
 - (2) multa de 2% (dois por cento) a partir do 16º (decimo sexto) dia, até o 30º dia de atraso;
 - (3) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

15.3. A aplicação das sanções previstas no Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º);



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

15.4. Todas as sanções previstas no Termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º):

15.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157);

15.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);

15.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

15.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

15.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160);

15.9. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161);

15.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – RECURSOS

16.1. A CONTRATADA poderá apresentar:

- (a) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da intimação da aplicação das penalidades estabelecidas nas alíneas “i”, “ii”, e “iv” da Cláusula anterior;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

(b) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **3 (três) dias úteis** contados da intimação da extinção do contrato quando promovido por ato unilateral e escrito da Administração;

(c) **Pedido de Reconsideração** no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da ciência da aplicação da penalidade estabelecida na alínea “iii” do caput da Cláusula anterior;

Parágrafo Único – Os recursos a que aludem as alíneas “a” e “b” do caput da presente Cláusula serão dirigidos à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar a decisão recorrida, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior para decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– EXTINÇÃO

17.1. CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro – A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Parágrafo Segundo – Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à **multa** de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula Terceira e da Cláusula Décima Sexta, caput, alínea “c”, deste Contrato.

Parágrafo Quarto – A **multa** referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto – Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

- (a) a devolução da garantia;
- (b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
- (c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- (d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

Parágrafo Sexto – Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

Parágrafo Sétimo – No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA –SUBCONTRATAÇÃO

18.1 Não será permitida a subcontratação de núcleo principal do objeto, compreendendo o processamento (lavagem, desinfecção, secagem, calandragem, dobragem, acabamento) das roupas hospitalares e a gestão e o fornecimento do enxoval em comodato (pool), incluindo controle de estoque, reposição e qualidade, nos



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que a pesquisa de mercado demonstrou a existência de múltiplos fornecedores aptos a executar integralmente os serviços. A medida preserva a responsabilidade única pela execução, favorece a rastreabilidade operacional no controle de infecção e mostra-se mais vantajosa sob os aspectos técnico, sanitário e econômico, não configurando restrição indevida à competitividade.

18.2 Poderá ser admitida, mediante autorização prévia da Administração, subcontratação de parcelas estritamente acessórias, tais como serviços de manutenção de equipamentos e apoio logístico, até o limite de 10% do valor contratual, desde que: não haja prejuízo à coordenação e ao controle direto da execução pela contratada e as subcontratadas cumpram integralmente as normas sanitárias, de biossegurança, trabalhistas e ambientais aplicáveis.

18.3 É vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto desta contratação, em qualquer de suas etapas, sob pena de rescisão contratual e demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no edital.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Município de LAURO DE FREITAS/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – PUBLICAÇÃO

20.1. O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas do CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.2. Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em _____ () vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

LAURO DE FREITAS/BA, ____ de _____ de 2026

Agente Público competente do órgão ou entidade contratante
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Representante Legal da Empresa contratada (Nome, cargo e carimbo da empresa)